



ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Informações Contábeis Intermediárias 30 de junho de 2014

ÍNDICE

Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente.....	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstração dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias.....	14

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da

ISA Capital do Brasil S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da ISA Capital do Brasil S.A., referente ao período findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à elaboração das informações contábeis intermediárias. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Como consequência da reestruturação da Dívida efetuada no exercício de 2010, indicada na nota 17.a, a Companhia, reconheceu o valor correspondente à emissão de ações preferenciais resgatáveis, indicada na nota 26.a, como um instrumento patrimonial, o qual, em nossa opinião, deveria ser reconhecido como instrumento financeiro passivo, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente o CPC 39 e IAS 32. Adicionalmente, a Companhia reconheceu a remuneração do referido instrumento como dividendo fixo cumulativo, conforme prevê seu Estatuto Social e Acordo de Acionistas, e não como despesa financeira a título de juros, da forma como entendemos que deveria ser. Caso a Companhia houvesse reconhecido a referida emissão de ações como instrumento financeiro passivo e a mencionada remuneração tivesse sido reconhecida como despesa financeira e não como dividendo, o patrimônio líquido, em 30 de junho de 2014, seria diminuído em R\$891.692 mil, passando de R\$1.835.755 mil para R\$944.063 mil, individual, e passando de R\$4.889.540 mil para R\$3.997.848 mil, consolidado. Adicionalmente, o total do passivo seria aumentado, passando de R\$484.206 mil para R\$1.375.898 mil, individual, e de R\$2.420.459 mil para R\$3.312.151 mil, consolidado. 2

O lucro líquido do período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, seria diminuído em R\$49.910 mil, passando de R\$64.702 mil para R\$14.792 mil, individual, e, de R\$173.473 mil para R\$123.563 mil, consolidado, antes da participação dos acionistas não controladores.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto discutido no parágrafo “Base para conclusão com ressalva sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias individuais da ISA Capital do Brasil S.A., não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os períodos de três e seis meses findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto discutido no parágrafo “Base para conclusão com ressalva sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da ISA Capital do Brasil S.A., não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia, em 30 de junho de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para os períodos de três e seis meses findos naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Indenização dos valores referentes aos bens classificados como Serviço Existente (SE)

Conforme descrito na nota 8, com base no previsto na Lei nº 12.783/13 e na Nota Técnica nº 402/2013 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a controlada CTEEP encontra-se em processo de elaboração de laudo de avaliação, a ser encaminhado ao Poder Concedente em 2014, para que este homologue o valor a ser recebido por conta da indenização dos bens reversíveis classificados como Serviço Existente (SE). Enquanto o valor não é homologado, a controlada CTEEP mantém registrada, desde 2012, uma provisão para redução ao valor de custo de construção dessa infraestrutura, no montante de R\$1.535.319 mil, remanescendo um saldo de R\$1.490.986 mil, equivalente ao ativo imobilizado regulatório (valor histórico). A determinação do valor efetivo de indenização desses ativos, bem como as condições, forma de remuneração e prazos para seu recebimento estão pendentes de homologação pelo Poder Concedente. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Lei nº 4.819/58

Conforme descrito nas notas 9 e 36, a controlada CTEEP mantém registrado saldo líquido de contas a receber do Estado de São Paulo no montante de R\$710.881 mil relativos aos impactos da Lei nº 4.819/58, que concedeu aos servidores das empresas sob o controle do Estado de São Paulo as vantagens já concedidas aos demais servidores públicos. A Administração da controlada CTEEP vem monitorando os novos fatos relacionados à parte jurídica e negocial do assunto, bem como avaliando continuamente os eventuais impactos em suas informações contábeis intermediárias. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto. 3

Outros assuntos**Valores correspondentes ao exercício anterior**

As informações contábeis correspondentes relativas ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2013, e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referente aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2013, apresentados para fins de comparação, foram auditadas e revisadas, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatórios de auditoria e revisão datados de 12 de março de 2014 e 06 de dezembro de 2013, respectivamente, com a mesma modificação e mesmas ênfases apresentadas acima.

São Paulo, 12 de agosto de 2014.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

ISA Capital do Brasil

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro 2013

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	42.298	61.472	46.008	65.742
Aplicações financeiras	7	30.100	83.404	559.360	679.160
Contas a receber (ativo concessão)	8	-	-	821.396	749.388
Estoques	-	-	-	52.265	61.767
Empréstimos a receber	12 e 32	52.429	55.764	52.429	55.764
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	26.c e 32	11.342	75.611	-	-
Tributos e contribuições a compensar	10	612	14.984	78.925	87.749
Cauções e depósitos vinculados	13	3.067	3.262	3.067	3.262
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	14.198	544
Créditos com controladas	-	-	-	51	51
Outros	-	878	4	115.829	105.632
		140.726	294.501	1.743.528	1.809.059
Não circulante					
Contas a receber (ativo concessão)	8	-	-	2.996.506	3.218.954
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	9	-	-	710.881	643.027
Benefício Fiscal – ágio incorporado	11	-	-	45.416	60.359
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31.b	32.507	32.507	225.155	251.775
Cauções e depósitos vinculados	13	-	-	68.086	76.282
Tributos e contribuições a compensar	10	30.422	10.392	30.422	10.392
Estoques	-	-	-	48.423	47.748
Outros	-	-	-	25.904	23.453
		62.929	42.899	4.150.793	4.331.990
Investimentos	14.b	2.116.281	2.060.743	1.242.092	1.075.009
Imobilizado	15	25	30	12.668	10.400
Intangível	16	-	-	160.918	157.651
		2.116.306	2.060.773	1.415.678	1.243.060
		2.179.235	2.103.672	5.566.471	5.575.050
Total do ativo		2.319.961	2.398.173	7.309.999	7.384.109

ISA Capital do Brasil

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro 2013

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	-	168	434	38.593	50.790
Empréstimos e financiamentos	17	2.556	2.719	198.542	195.530
Debêntures	18	-	-	192.258	184.884
Tributos e encargos sociais a recolher	19	424	7.432	18.662	27.562
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	20	-	-	14.410	13.915
Encargos regulatórios a recolher	22	-	-	59.522	38.666
Dividendos fixos cumulativos a pagar	-	-	25.000	-	25.000
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	-	-	-	22.056	128.481
Provisões	23	-	20	26.917	28.017
Valores a pagar Lei 4.819/58 - Secretaria da Fazenda	5.a	7.194	7.194	7.194	7.194
Valores a pagar Lei 4.819/58 - OPA	5.b	4.153	4.153	4.153	4.153
Valores a pagar – Fundação CESP	24	-	-	5.977	6.091
Outros	-	-	-	11.472	20.329
		14.495	46.952	599.756	730.612
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	69.711	74.146	437.507	383.172
Debêntures	18	-	-	552.830	552.756
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	20	-	-	134.490	136.827
PIS e COFINS diferidos	21	-	-	99.998	117.860
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31.b	-	-	31.955	34.547
Encargos regulatórios a recolher	22	-	-	22.153	36.020
Provisões	23	-	-	117.717	127.898
Valores a pagar Lei 4.819/58 - Secretaria da Fazenda	5.a	245.532	245.532	245.532	245.532
Valores a pagar Lei 4.819/58 - OPA	5.b	154.468	154.468	154.468	154.468
Obrigações especiais reversão / amortização	25	-	-	24.053	24.053
		469.711	474.146	1.820.703	1.813.133
Patrimônio líquido					
Capital social	26.a	840.378	840.378	840.378	840.378
Reservas de capital	26.d	891.092	983.400	891.092	983.400
Ágio na transação de capital	26.e	(7.468)	(7.468)	(7.468)	(7.468)
Reservas de lucro	26.f	60.765	60.765	60.765	60.765
Lucros acumulados	-	50.988	-	50.988	-
		1.835.755	1.877.075	1.835.755	1.877.075
Participação de acionistas não controladores		-	-	3.053.785	2.963.289
Total do patrimônio líquido		1.835.755	1.877.075	4.889.540	4.840.364
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.319.961	2.398.173	7.309.999	7.384.109

ISA Capital do Brasil

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

		Controladora			
		Trimestre findo em		Semestre findo em	
	Nota	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
(Despesas) receitas operacionais					
Gerais e administrativas	28	(751)	(683)	(1.884)	(1.720)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	-	(17.126)	-	(34.252)
Resultado de equivalência patrimonial	14.c	<u>34.345</u>	<u>18.136</u>	<u>66.882</u>	<u>45.169</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		<u>33.594</u>	<u>327</u>	<u>64.998</u>	<u>9.197</u>
Despesas financeiras	29	(3.461)	(14.526)	(14.690)	(27.743)
Receitas financeiras	29	<u>4.675</u>	<u>13.386</u>	<u>14.394</u>	<u>24.713</u>
Resultado financeiro		<u>1.214</u>	<u>(1.140)</u>	<u>(296)</u>	<u>(3.030)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		34.808	(813)	64.702	6.167
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	31.a	-	-	-	-
Diferido	31.a	-	-	-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do período		<u>34.808</u>	<u>(813)</u>	<u>64.702</u>	<u>6.167</u>
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		<u>34.808</u>	<u>(813)</u>	<u>64.702</u>	<u>6.167</u>
Lucro básico e diluído por ação	26.g	0,0267	(0,0006)	0,0496	0,0044
Quantidade média de ações no período	26.g	1.304.737.321	1.398.838.834	1.304.737.321	1.398.838.834

ISA Capital do Brasil

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

		Consolidado			
		Trimestre findo em		Semestre findo em	
Nota		30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
	Receita operacional líquida	218.374	205.340	443.661	406.158
	Custo dos serviços de construção, operação e manutenção	(114.016)	(129.493)	(218.652)	(272.471)
	Lucro bruto	104.358	75.847	225.009	133.687
	(Despesas) receitas operacionais				
	Gerais e administrativas	(30.328)	(58.660)	(64.269)	(97.714)
	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13.779	(22.287)	6.249	(32.357)
	Resultado de equivalência patrimonial	20.850	23.735	36.013	44.495
		4.301	(57.212)	(22.007)	(85.576)
	Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro	108.659	18.635	203.002	48.111
	Despesas financeiras	(39.621)	(75.081)	(84.841)	(142.944)
	Receitas financeiras	47.497	85.831	101.066	190.835
	Resultado financeiro	7.876	10.750	16.225	47.891
	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	116.535	29.385	219.227	96.002
	Imposto de renda e contribuição social				
	Corrente	(13.351)	(14.186)	(21.726)	(77.898)
	Diferido	(12.610)	13.247	(24.028)	61.311
		(25.961)	(939)	(45.754)	(16.587)
	Lucro líquido do período	90.574	28.446	173.473	79.415
	Atribuível aos:				
	Acionistas não controladores	55.766	29.259	108.771	73.248
	Lucro líquido (prejuízo) do período alocado aos acionistas controladores	34.808	(813)	64.702	6.167

ISA Capital do Brasil

Demonstrações do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Lucro líquido (prejuízo) do período	34.808	(813)	64.702	6.167
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	34.808	(813)	64.702	6.167
Acionistas Controladores	34.808	(813)	64.702	6.167
Acionistas não controladores	-	-	-	-
	Consolidado			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Lucro líquido do período	90.574	28.446	173.473	79.415
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	90.574	28.446	173.473	79.415
Acionistas Controladores	34.808	(813)	64.702	6.167
Acionistas não controladores	55.766	29.259	108.771	73.248

ISA Capital do Brasil

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital Social	Reserva de capital	Ágio na transação de capital	Reserva de lucro		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
				Reserva legal	Retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2012	840.378	1.199.400	(7.468)	5.881	125.493	-	2.163.684	3.066.397	5.230.081
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	6.167	6.167	73.318	79.485
Resgates Ações Preferenciais	-	(72.000)	-	-	-	-	(72.000)	-	(72.000)
Dividendos Fixos cumulativos pagos no semestre	-	-	-	-	-	(24.916)	(24.916)	-	(24.916)
Dividendos prescritos na controlada	-	-	-	-	-	-	-	545	545
Juros sobre Capital próprio prescritos na controlada	-	-	-	-	-	-	-	70	70
Outros na controlada	-	-	-	-	-	-	-	377	377
Saldos em 30 de junho de 2013	840.378	1.127.400	(7.468)	5.881	125.493	(18.749)	2.072.935	3.140.707	5.213.642
Saldos em 31 de dezembro de 2013	840.378	983.400	(7.468)	5.881	54.884	-	1.877.075	2.963.289	4.840.364
Lucro do período	-	-	-	-	-	64.702	64.702	108.771	173.473
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	-	-	-	(18.658)	(18.658)
Dividendos prescritos na controlada	-	-	-	-	-	-	-	544	544
Juros sobre capital próprio prescritos na controlada	-	-	-	-	-	-	-	239	239
Dividendos fixos cumulativos pagos em fevereiro 2014 (nota 26.b)	-	-	-	-	-	(13.714)	(13.714)	-	(13.714)
Resgate ações preferenciais (nota 26.d)	-	(92.308)	-	-	-	-	(92.308)	-	(92.308)
Outros na controlada	-	-	-	-	-	-	-	(400)	(400)
Saldos em 30 de junho de 2014	840.378	891.092	(7.468)	5.881	54.884	50.988	1.835.755	3.053.785	4.889.540

ISA Capital do Brasil

Demonstrações dos fluxos de caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controlada		Consolidado	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	64.702	6.167	173.473	79.415
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais				
Depreciação e amortização (nota 28)	5	5	4.350	3.642
Reversão da provisão da perda em controlada em conjunto	-	-	-	(1.212)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 31.b)	-	-	24.028	(61.311)
PIS e COFINS diferidos (nota 21)	-	-	(17.862)	8.114
Provisão para demandas judiciais (nota 23.a (v))	-	-	(10.181)	5.237
Custo residual de ativo permanente baixado (nota 15)	-	-	166	9
Receita de aplicação financeira não realizada	-	(2.095)	-	(2.095)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 14.c)	(66.882)	(45.169)	(36.013)	(44.495)
Amortização do direito de concessão (nota 30)	-	34.252	-	49.196
Benefício fiscal - Ágio incorporado (notas 11 e 30)	-	-	14.943	-
Amortização de ativo de concessão na aquisição da controlada Evrecy (nota 30)	-	-	1.245	-
Realização da perda em controlada em conjunto (nota 30)	-	-	(1.198)	-
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	(1.987)	15.710	69.256	97.938
	(4.162)	8.870	222.207	134.438
(Aumento) diminuição em ativos				
Contas a receber (ativo de concessão)	-	-	151.638	1.834.693
Estoques	-	-	8.827	(18.363)
Recebimento de juros sobre capital próprio e dividendos	64.269	-	-	-
Valores a receber	-	787	(67.854)	(80.084)
Tributos e contribuições compensáveis	(5.658)	(3.201)	(11.149)	(4.335)
Cauções e depósitos vinculados	195	(240)	8.391	(1.914)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(13.654)	(8.548)
Outros	(4)	-	(12.658)	(13.692)
	58.802	(2.654)	63.541	1.707.757
Aumento (diminuição) em passivos				
Fornecedores	(266)	(190)	(12.195)	(10.458)
Tributos e encargos sociais a recolher	(7.008)	19	(8.899)	(113.015)
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	-	-	(7.100)	(6.667)
Encargos regulatórios a recolher	-	-	5.992	(2.135)
Provisões	(20)	-	(1.100)	(733)
Valores a pagar Lei 4.819 e fundação CESP	-	-	(114)	(47)
Outros	4	-	(8.853)	(9.902)
	(7.290)	(171)	(32.269)	(142.957)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	47.350	6.045	253.479	1.699.238

ISA Capital do Brasil

Demonstrações dos fluxos de caixa - continuação
 Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controlada		Consolidado	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Resgates (aplicações) financeiras líquidas (nota 7)	53.304	131.203	119.800	(1.090.658)
Recebimento de Juros sobre empréstimos (nota 12)	878	857	878	857
Imobilizado (nota 15)	-	(2)	(3.773)	(3.214)
Intangível (nota 16)	-	-	(7.523)	(4.892)
Investimento (nota 14.1 (b))	-	-	(131.070)	(88.850)
	54.182	132.058	(21.688)	(1.186.757)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Adições de empréstimos (nota 17)	-	-	151.368	200.000
Pagamentos de empréstimos (inclui juros) (nota 17 e 18)	(3.398)	(2.827)	(150.361)	(899.240)
Resgates de ações preferenciais	(92.308)	(72.000)	(92.308)	(72.000)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	24.230
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(25.000)	(21.334)	(160.224)	(21.351)
	(120.706)	(96.161)	(251.525)	(768.361)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos				
Aumento (diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(19.174)	41.942	(19.734)	(255.880)
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	42.298	169.266	46.008	181.047
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	61.472	127.324	65.742	436.927
Variação em caixa e equivalentes de caixa	(19.174)	41.942	(19.734)	(255.880)

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

1.1. Objeto Social

A ISA Capital do Brasil S.A. (“ISA Capital” ou “Companhia”) é uma companhia holding nacional, de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada em 28 de abril de 2006 e transformada em sociedade anônima em 19 de setembro de 2006. Posteriormente, em 4 de janeiro de 2007, obteve junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários o registro de companhia aberta e permaneceu nessa condição até 27 de maio de 2010, quando cancelou o registro por decisão dos acionistas da Companhia.

O objeto social da ISA Capital compreende a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia ou acionista, parceria em “joint ventures”, associação em consórcio ou qualquer outra forma de colaboração empresarial.

Em leilão de privatização realizado em 28 de junho de 2006 na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, nos termos do Edital SF/001/2006, o Governo do Estado de São Paulo, até então acionista majoritário da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”), alienou 31.341.890.064 ações ordinárias de sua propriedade, correspondentes a 50,10% das ações ordinárias de emissão da CTEEP. A empresa vencedora do leilão foi a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P (“ISA”).

A liquidação financeira da operação realizou-se em 26 de julho de 2006 com a consequente transferência da titularidade das citadas ações à ISA Capital, Companhia brasileira Controlada pela Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P., constituída para operar no Brasil, que, dessa forma passou a ser a controladora da CTEEP. A referida operação teve anuência da ANEEL, em 25 de julho de 2006, conforme Resolução Autorizativa nº 642/06, publicada no Diário Oficial de 26 de julho de 2006.

Em 12 de setembro de 2006, a Companhia adquiriu mais 10.021.687 ações ordinárias de emissão da CTEEP, detidas pelo Estado de São Paulo, passando a deter 31.351.911.751 ações ordinárias.

Em 09 de janeiro de 2007, a Companhia adquiriu, por meio de leilão de oferta pública de aquisição de ações - OPA realizada na BOVESPA, nos termos do edital publicado em 04 de dezembro de 2006, 24.572.554.070 ações ordinárias de emissão da CTEEP, correspondentes a 39,28% do total dessa espécie de ações.

Após a conclusão do processo de aquisição, a Companhia passou a deter a quantidade de 55.924.465.821 ações ordinárias equivalente a 89,40% do capital votante e 37,46% do capital total da CTEEP. Em 12 de julho de 2007, a CTEEP promoveu um grupamento de ações e a Companhia ficou com 55.924.465 ações ordinárias.

Posteriormente, a Companhia integralizou ao capital da CTEEP o equivalente a 1.727.517 ações ordinárias, sendo 574.927 ações em 24 de agosto de 2009, 594.477 ações em 23 de abril de 2010 e 558.113 ações em 21 de dezembro de 2011. Essas capitalizações são decorrentes do benefício fiscal auferido pela CTEEP com a amortização parcial da reserva especial de ágio nos exercícios sociais de 2008, 2009 e 2010. Por meio de leilão de sobras de aumento efetuado em 2011 pela controlada CTEEP, a ISA Capital adquiriu o equivalente a 63.146 ações ordinárias. Em 29 de junho de 2012 e 05 de julho de 2012, a ISA Capital alienou 920 ações. Dessa forma, em 31 de março de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui 57.714.208 ações ordinárias (57.714.208 ações ordinárias em 31.12.2013), equivalentes a 37,81% do capital total e 89,50% do capital votante da CTEEP.

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em 9 e 19 de março de 2010, visando implementar a reestruturação de sua dívida em moeda estrangeira (Bônus), a Companhia promoveu dois aumentos de capital com emissão de ações preferenciais, ao preço de R\$2,020731 por ação, que foram totalmente subscritas por HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo (“HSBC”), conforme segue:

(i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de março de 2010, nos termos da Proposta do Conselho de Administração datada de 8 de março de 2010, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$840.000, dos quais R\$420 foram destinados ao capital social e R\$839.580 foram destinados à conta de reserva de capital, mediante a criação e emissão de 415.691.162 ações preferenciais resgatáveis distribuídas em 13 classes, com direito a dividendos fixos cumulativos, as quais foram subscritas e integralizadas na mesma data, passando o capital social da Companhia de R\$839.778 para R\$840.198 dividido em 1.256.316.162 ações. Nessa mesma Assembleia foram aprovadas a redução do dividendo obrigatório, que passou de 25% para 1%, e a reforma do Estatuto Social da Companhia; e

(ii) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de março de 2010, foi aprovado um novo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, com a emissão de 178.153.342 ações preferenciais resgatáveis, distribuídas em 13 classes, com direito a dividendos fixos cumulativos, no valor total de R\$360.000 o qual foi subscrito e integralizado na mesma data, e dos quais R\$180 foram destinados ao capital social e R\$359.820 foram destinados à conta de reserva de capital da Companhia.

Adicionalmente, em 9 de março de 2010, como parte integrante da operação, foi firmado Acordo de Acionistas entre a ISA e o HSBC, com interveniência da ISA Capital, de forma a estabelecer direitos e obrigações a serem observados entre as partes, inclusive pela Companhia.

Posteriormente, em 14 de maio de 2010, o acionista HSBC, até então detentor das 593.844.504 ações preferenciais emitidas pela Companhia, alienou 50% ao Banco Votorantim S.A. (“Votorantim”) que na mesma data aderiu ao referido Acordo de Acionistas.

A partir de 2013, conforme previsto no cronograma de resgate das ações preferenciais resgatáveis, constante no Estatuto Social, a ISA Capital passou a resgatar as referidas ações. As classes A, B, C e D, foram resgatadas, respectivamente, em 12 de abril, 04 de julho, 04 de outubro de 2013 e 06 de janeiro de 2014. Assim, após os referidos resgates, remanesceram 441.272.148 ações preferenciais de posse dos acionistas HSBC e Votorantim na proporção de 50% para cada um.

Em 25 de fevereiro de 2014, foi firmado entre os acionistas o Primeiro Aditamento ao Acordo de Acionistas ocasião em que a ISA Capital realizou Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre (i) a conversão das classes de ações preferenciais resgatáveis então existentes em novas classes, e (ii) alteração dos artigos 5º e 6º do Estatuto Social, bem como sua consolidação. Vide maiores detalhes na nota 26 (a).

Em 28 de fevereiro de 2014, o acionista preferencialista HSBC transferiu a totalidade de suas ações preferenciais para o HSBC BANK BRASIL S.A. – Banco Múltiplo (“HSBC BANK”).

Em 5 de março de 2014, o acionista preferencialista Votorantim, alienou a totalidade de suas ações preferenciais para a BV FINANCEIRA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“BV FINANCEIRA”).

As ações da Controlada CTEEP são negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa. Adicionalmente, a Controlada CTEEP possui programa de “American Depositary Receipts - ADRs” - Regra 144 A

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

nos Estados Unidos. O depositário dos ADRs é o The Bank of New York e o Banco Itaú S.A. é o custodiante.

1.2. Concessões

A Controlada CTEEP possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Part (%)	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		RAP em degrau	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
					Prazo	Próxima			R\$ mil	Mês Base
CTEEP	059/2001		30	31.12.42	5 anos	2018	Não	IPCA	640.694	06/14
CTEEP	143/2001		30	20.12.31	n/a	n/a	Sim	IGPM	19.218	06/14
IEMG	004/2007	100	30	23.04.37	5 anos	2017	Sim	IPCA	14.314	06/14
Pinheiros	012/2008	100	30	15.10.38	5 anos	2019	Não	IPCA	9.479	06/14
Pinheiros	015/2008	100	30	15.10.38	5 anos	2019	Não	IPCA	24.921	06/14
Pinheiros	018/2008	100	30	15.10.38	5 anos	2019	Não	IPCA	5.089	06/14
Pinheiros	021/2011	100	30	09.12.41	5 anos	2017	Não	IPCA	4.043	06/14
Serra do Japi	026/2009	100	30	18.11.39	5 anos	2015	Não	IPCA	32.623	06/14
Evecy	020/2008	100	30	17.07.25	4 anos	2017	Não	IGPM	12.506	06/14
IENNE	001/2008	25	30	16.03.38	5 anos	2018	Não	IPCA	37.899	06/14
IESul	013/2008	50	30	15.10.38	5 anos	2019	Não	IPCA	5.180	06/14
IESul	016/2008	50	30	15.10.38	5 anos	2019	Não	IPCA	9.587	06/14
IEMadeira	013/2009	51	30	25.02.39	5 anos	2019	Não	IPCA	251.184	06/14
IEMadeira	015/2009	51	30	25.02.39	5 anos	2019	Não	IPCA	213.614	06/14
IEGaranhuns (*)	022/2011	51	30	09.12.41	5 anos	2017	Não	IPCA	81.399	06/14

(*) As controladas IEMadeira (lote F) e IEGaranhuns estão em fase pré-operacional.

Todos os contratos de concessão acima prevêem o direito de reversão sobre os ativos vinculados à concessão no término de sua vigência. Para os contratos com revisão tarifária periódica é previsto o direito a remuneração dos investimentos em ampliação, reforços e melhorias.

Lei nº 12.783/2013

No dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 (MP 579) que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987, de 1995, e alcançadas pela Lei nº 9.074 de 1995. Em 14 de setembro de 2012, foi publicado o Decreto 7.805 que regulamentou a MP 579.

De acordo com a MP 579, as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vencidas ou vincendas nos 60 meses subsequentes a publicação da referida MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação, a critério do Poder Concedente uma única vez pelo prazo de até 30 anos, entretanto, para a atividade de transmissão, a prorrogação dependeria da aceitação expressa, dentre outras, das seguintes principais condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; ii) valores estabelecidos pela reversão dos ativos; e iii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em 01 de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia, publicou a:

(i) Portaria Interministerial nº 580, na qual foram definidos os valores da reversão para as instalações energizadas a partir de 01 de junho de 2000 (NI), referenciados a preços de outubro de 2012 para as concessões de transmissão de energia elétrica, sendo o valor de R\$2.891.291 referente ao contrato de concessão nº 059/2001 (único contrato alcançado pela referida MP), conforme Anexo II da referida Portaria.

(ii) Portaria Interministerial nº 579, na qual ficou definido o valor das RAP a partir de 01 de janeiro de 2013, na base do mês de outubro de 2012, no montante de R\$515.621 (líquido de PIS e COFINS) referente ao contrato de concessão nº 059/2001, conforme Anexo da referida Portaria.

Em 29 de novembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória nº 591 (MP 591) que alterou a MP 579 de maneira a autorizar o Poder Concedente a pagar o valor relativo aos ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000 (SE), no prazo de trinta anos. A Controlada CTEEP aguarda manifestação do Poder Concedente quanto à determinação do valor e forma de pagamento. A Controlada CTEEP, em atendimento à Nota Técnica nº 402/2013 da ANEEL, protocolou, em 20 de dezembro de 2013, o cronograma de atividades, com previsão de entrega em 2014 do laudo final, por assessor homologado. O referido laudo será revisado pela ANEEL, sendo base para definição dos valores a serem pagos pelos ativos do SE.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 03 de dezembro de 2012, foi aprovada pelos acionistas da Controlada CTEEP, por unanimidade, a prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001.

Em 04 de dezembro de 2012, foi assinado aditivo ao contrato de concessão nº 059/2001, com opção de recebimento da reversão, no valor de R\$2.891.291, referente ao NI, conforme Portaria Interministerial nº 580 da seguinte forma:

- 50% à vista, a ser paga em até 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão, atualizado pelo IPCA. Em 18 de janeiro de 2013, a Controlada CTEEP recebeu o montante R\$1.477.987.
- 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação dessa Portaria, ou seja, até 07 de julho de 2015, atualizadas pelo IPCA, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo do contrato de concessão.

Em 11 de janeiro de 2013, as MP's 579 e 591 foram convertidas em Lei nº 12.783/2013.

Em 04 de abril de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 612 que reduziu a zero a alíquota da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as reversões a que se refere a Lei nº 12.783/2013.

Participação em consórcio

(i) Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN

Em 10 de junho de 2011, o consórcio Extremoz, constituído pela Controlada CTEEP (51%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf (49%), arrematou, em sessão pública realizada na BM&FBovespa, o lote A do leilão ANEEL nº 001/2011, composto pelas LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 kV com 64 km; LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kV com 201 km; LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 kV com 26 km; LT Campina Grande III - Campina Grande II, com 8,5 km; SE João Câmara II 500 kV, SE Campina Grande III 500/230

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

30 de junho 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

kV e SE Ceará-Mirim 500/230 kV. Em 07 de julho do mesmo ano foi constituída a Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A., observando as mesmas participações, com o objetivo de explorar o serviço concedido. Este projeto tem investimento estimado em R\$622,0 milhões e RAP de R\$31,9 milhões, base junho de 2011. A participação acionária da Controlada CTEEP no empreendimento é de 51%. A Controlada CTEEP manifestou sua intenção de retirar-se do consórcio, que foi aceita pelos demais acionistas e a efetivação da retirada ocorrerá após a anuência da ANEEL.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As informações intermediárias individuais, identificadas como “Controladora”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Em conformidade com a legislação brasileira vigente, essas informações intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial. Desta forma, essas informações intermediárias individuais não são consideradas como estando conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), que exigem a avaliação desses investimentos pelo seu valor justo ou pelo seu valor de custo nas demonstrações financeiras separadas.

As informações intermediárias consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM, que estão em conformidade com as IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As informações intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2013. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

Os dados não financeiros incluídos nessas informações contábeis intermediárias, tais como volumes de energia, previsões ou estimativas, seguros, dentre outros, não foram revisados pelos auditores independentes.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As informações intermediárias da Controladora e de cada uma de suas controladas, incluídas nas informações intermediárias consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Conforme o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2013. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.3 e 3, daquelas demonstrações financeiras. Para o exercício de 2014, a Controlada Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros) optou pelo regime do Lucro Presumido para apuração de imposto de renda e contribuição social e não mais como Lucro Real.

2.4. Procedimentos de consolidação

As informações intermediárias consolidadas incluem as informações semestrais da Controlada CTEEP e de suas controladas.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As controladas são consolidadas integralmente, respectivamente, a partir da data em que o controle, se inicia até a data em que deixa de existir. Vide mais detalhes sobre as controladas na nota 14.1 (a).

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

	Data base das informações intermediárias	Participação %	
		30.06.2014	31.12.2013
Diretas			
CTEEP	30.06.2014	37,81	37,81
Indiretas			
Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)	30.06.2014	37,81	37,81
Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)	30.06.2014	37,81	37,81
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)	30.06.2014	37,81	37,81
Evrecy Participações Ltda. (Evrecy)	30.06.2014	37,81	37,81
Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes	30.06.2014	37,81	37,81
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI	30.06.2014	37,81	37,81

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das informações intermediárias consolidadas:

- eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e,
- eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da Controladora.

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

30 de junho 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Com a adoção dos CPCs 19 (R2) e 36 (R3), que tiveram aplicação obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2013, os investimentos em controladas com controle em conjunto deixaram de ser consolidadas proporcionalmente pela Controlada CTEEP e passaram a ser contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as participações indiretas nas controladas em conjunto se apresentavam da seguinte forma:

	Data base das informações intermediárias	Participação %	
		30.06.2014	31.12.2013
Controladas em conjunto			
Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)	30.06.2014	9,45	9,45
Interligação Elétrica do Sul S.A. (IESul)	30.06.2014	18,91	18,91
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMadeira)	30.06.2014	19,28	19,28
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGaranhuns)	30.06.2014	19,28	19,28

3. Principais práticas contábeis

A Companhia declara que as informações sobre principais práticas contábeis, permanecem válidas para estas Informações Contábeis Intermediárias, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa 3 das demonstrações financeiras do exercício de 2013.

4. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

A Companhia e suas controladas adotaram todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC, bem como informações contidas na legislação federal que estavam em vigor em 30 de junho de 2014.

Em maio de 2014, a Medida Provisória nº 627, convertida na Lei nº 12.973, trouxe mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da referida Lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014. A Companhia está em processo de finalização dos estudos que suportam a decisão quanto a adoção antecipada da referida Lei, cujo prazo para opção antecipada está pendente de definição pela RFB. Vide nota 31(c).

5. Obrigações Assumidas na Aquisição da Controlada CTEEP

De acordo com a Cláusula Segunda do contrato de compra e venda de ações e Cláusula 1.5 do Edital de Oferta Pública de Aquisição - OPA, objeto do leilão de privatização descrito na nota 1, a Companhia compromete-se a complementar o pagamento do preço de compra das ações da Controlada CTEEP, caso esta Companhia ficar desonerada dos pagamentos de benefícios de complementação de aposentadoria e pensão em decorrência da Lei Estadual nº 4.819/58, atualmente em discussão judicial. Porém cabe ressaltar que, conforme previsto na mesma Cláusula Segunda do referido contrato, se até 30 de junho de 2015 a Controlada CTEEP não for desonerada dos referidos pagamentos, a ISA Capital deixará de ter a obrigação com o Governo do Estado de São Paulo relacionados

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

aos valores devidos e, conseqüentemente, com os acionistas minoritários que aderiram a Oferta Publica de Aquisições – OPA nos termos do Edital.

Em 30 de junho de 2014 o valor do complemento do preço de compra reconhecido pela ISA Capital é composto conforme segue:

- a) Governo do Estado de SP: O montante de R\$252.726 (31.12.2013 - R\$252.726) é o total a pagar ao Governo do Estado de SP em decorrência da aquisição das ações no leilão de privatização realizado em 28 de junho de 2006. Esse valor está registrado na conta “Valores a pagar Lei nº 4.819/58 - Secretaria da Fazenda”, sendo R\$7.194 (31.12.2013 – R\$7.194) no passivo circulante e R\$245.532 (31.12.2013 - R\$245.532) no passivo não circulante. O registro dessa obrigação teve como contrapartida, à época da aquisição das ações, o valor de R\$188.895 na conta “Investimentos - ágio na aquisição de participação em Controlada” e a diferença de R\$63.831 reconhecida no resultado, a título de atualização monetária da obrigação, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A a partir de 31 de dezembro de 2005 nos termos do Contrato.
- b) Acionistas minoritários (OPA): O montante de R\$158.621 (31.12.2013 - R\$158.621) é o total a pagar aos acionistas minoritários que venderam suas ações à ISA Capital através do leilão de oferta pública de aquisição de ações - OPA realizado em 9 de Janeiro de 2007. Esse valor está registrado na conta “Valores a pagar Lei nº 4.819/59 - OPA”, sendo R\$4.153 (31.12.2013 – R\$4.153) no passivo circulante e R\$154.468 (31.12.2013 – R\$154.468) no passivo não circulante. O registro dessa obrigação teve como contrapartida, à época da aquisição das ações, o valor de R\$120.306 na conta “Investimentos - ágio na aquisição de participação em Controlada” e a diferença de R\$38.315 reconhecida no resultado a título de atualização monetária da obrigação de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A a partir de 31 de dezembro de 2005 nos termos do Contrato.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
Caixa e bancos	70	162	1.445	1.156
Equivalentes de caixa (i)	42.228	61.310	44.563	64.586
	42.298	61.472	46.008	65.742

(i) A composição dos equivalentes e caixa é como segue:

	% do CDI	Controladora		Consolidado	
		30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
CDB	95,0% a 106,0%	-	-	862	2.645
Compromissada (*)	95,0% a 104,0%	42.228	61.310	43.701	61.941
		42.228	61.310	44.563	64.586

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

As aplicações financeiras em CDB e Compromissas estão mensuradas ao valor justo através do resultado e possuem liquidez diária.

A análise da administração Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, são divulgadas na nota explicativa 33 (c).

(*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

7. Aplicações Financeiras

	% do CDI	Controladora		Consolidado	
		30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
CDB	90,0% a 106,0%	30.100	83.404	30.100	83.404
Fundos de Investimento	100,1% a 103,0%	-	-	529.260	595.756
		30.100	83.404	559.360	679.160

Consolidado

A Controlada CTEEP e suas controladas concentraram as suas aplicações financeiras em fundos de investimentos, que referem-se a quotas de fundo de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos.

Os fundos de investimentos são:

- Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controlada CTEEP e suas controladas, administrado pelo Banco Bradesco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Referenciado DI Rubi, o qual, por sua vez, possui carteira composta pelos seguintes ativos: aplicações em depósitos à vista, títulos públicos federais e operações compromissadas em títulos públicos federais. Possui liquidez diária, independentemente dos ativos que constituem o Fundo Rubi, conforme estipulado no regulamento do Fundo Bandeirantes. Saldo em 30 de junho de 2014: R\$258.787 (31.12.2013 - R\$289.273).
- Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controlada CTEEP e suas controladas, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Corp Referenciado DI, o qual, por sua vez, possui carteira composta pelos seguintes ativos: títulos públicos federais e operações compromissadas em títulos públicos federais. Possui liquidez diária, independentemente dos ativos que constituem o Fundo Corp, conforme estipulado no regulamento do Fundo Xavantes. Saldo em 30 de junho de 2014: R\$259.581 (31.12.2013 - R\$289.274).

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8. Contas a receber (ativo de concessão)

As contas a receber estão compostas da seguinte forma:

	30.06.2014	Consolidado 31.12.2013
O&M		
Contas a receber serviços de O&M (a)	109.947	86.541
	109.947	86.541
Ativo financeiro		
Contas a receber serviços de construção (b)	1.469.860	1.415.379
Contas a receber por reversão (c)	76.594	73.698
	1.546.454	1.489.077
Ativo reversível - Lei nº 12.783		
Contas a receber Lei nº 12.783 (SE/NI) (d)	3.696.820	3.928.043
Provisão para redução ao valor de custo (d)	(1.535.319)	(1.535.319)
	2.161.501	2.392.724
	3.817.902	3.968.342
Circulante	821.396	749.388
Não circulante	2.996.506	3.218.954

- (a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 60 dias.
- (b) Valor a receber referente aos serviços de construção, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica até o término da vigência de cada um dos contratos de concessão, dos quais a Controlada CTEEP e suas controladas são signatárias, ajustado a valor presente e remunerado pela taxa efetiva de juros.
- (c) Contas a receber por reversão – refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final dos contratos de concessão vigentes e ao qual a Controlada CTEEP e suas controladas terão direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência dos contratos de concessão.
- (d) Contas a receber Lei nº 12.783 – refere-se ao valor a receber por reversão dos investimentos realizados e não amortizados do contrato de concessão nº 059/2001, subdividido em NI e SE:
- A reversão das instalações referente ao NI corresponde ao montante de R\$2.949.121, sendo R\$2.891.291 referente ao VNR apurado e R\$57.830 referente à remuneração pelo IPCA + WACC de 5,59% a.a., conforme determinado pela Portaria Interministerial nº 580. O equivalente a 50% desse montante foi recebido em 18 de janeiro de 2013 e os 50% restantes estão sendo recebidos em 31 parcelas mensais até 07 de julho de 2015 (nota 1.2).
 - A reversão das instalações referente ao SE, ainda não divulgada pelo Poder Concedente, corresponde ao valor estimado dos investimentos pelo Valor Novo de Reposição (VNR) ajustado pela depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2012, que com base em laudo de avaliação independente, datado de 14 de novembro de 2012, totaliza R\$3.026.305. Um novo laudo, conforme mencionado na nota 3.7 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2013 está sendo realizado, a Controlada CTEEP entende ter direito ao recebimento do valor apurado pelo VNR, entretanto, constituiu provisão para redução ao valor do custo de construção dessa

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

30 de junho 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

infraestrutura, tendo em vista orientação da ANEEL conforme despacho nº 155 de 23 de janeiro de 2013 que indica a manutenção do valor de custo, sendo que é aguardado o resultado do novo laudo que será entregue em 2014.

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013
A vencer	3.787.904	3.938.946
Vencidos		
até 30 dias	635	127
de 31 a 60 dias	27	30
de 61 a 360 dias	336	1.616
há mais de 361 dias (a)	29.000	27.623
	29.998	29.396
	3.817.902	3.968.342

- (a) Alguns agentes do sistema questionaram judicialmente os saldos faturados referente à Rede Básica. Em virtude dessa discussão, estes valores foram depositados judicialmente por estes agentes. A Controlada CTEEP acredita que os valores faturados estão de acordo com as autorizações das entidades regulatórias e, desta maneira, não registra nenhuma provisão para perda relacionada a estas discussões.

A Controlada CTEEP não apresenta histórico de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) ou diretamente pela Controlada CTEEP e, portanto, não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A movimentação no semestre findo em 30 de junho de 2014 do contas a receber é como segue:

	Consolidado
Saldos em 31.12.2013	3.968.342
Receita de construção (nota 27.1)	81.153
Receita financeira (nota 27.1)	72.584
Receita de operação e manutenção (nota 27.1)	334.326
Atualização do contas a receber reversão IPCA/WACC	54.719
Recebimento contas a receber de reversão NI	(285.940)
Recebimentos	(407.282)
Saldos em 30.06.2014	3.817.902

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

30 de junho 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Valores a receber – Secretaria da Fazenda

	Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013
Processamento da folha de pagto. - Lei 4.819/58 (a)	999.252	933.501
Processos trabalhistas - Lei 4.819/58 (b)	227.884	225.781
Provisão para perdas sobre realização de créditos (c)	(516.255)	(516.255)
Salário-família - Lei 4.819/58 (d)	2.218	2.218
Provisão para perdas sobre realização de créditos – Salário-família (d)	(2.218)	(2.218)
	710.881	643.027

- (a) Refere-se a valores a receber para liquidação de parcela da folha de pagamento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, no período de janeiro de 2005 a março de 2014 (nota 36). O aumento em relação ao ano anterior é decorrente do cumprimento de decisão da ação da 49ª Vara do Trabalho na qual a Controlada CTEEP, na condição de parte citada, repassa os recursos mensalmente à Fundação CESP para processamento do pagamento aos aposentados.
- (b) Referem-se a determinadas ações trabalhistas quitadas pela Controlada CTEEP, relativas aos empregados aposentados sob o amparo da Lei Estadual 4.819/58, que são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo.
- (c) Em função dos fatos ocorridos na Controlada CTEEP durante 2013, principalmente: (i) alteração na expectativa de tempo de realização de parte dos ativos, por conta da extinção sem julgamento de mérito da ação de cobrança dos valores devidos pelo Governo do Estado de São Paulo, bem como os demais movimentos processuais ocorridos, conforme descrito na nota 36; (ii) o reconhecimento da Justiça Comum como sendo a instância competente para discutir o tema em questão, com base no precedente do Supremo Tribunal Federal em julgamento de recurso relativo a discussões jurídicas de outras partes e não relacionadas a esta ação, descrito na nota 36, e (iii) o andamento jurídico dos demais processos relativos à Lei 4.819/58, como, por exemplo, o reconhecimento da efetivação de repasses à Controlada CTEEP, por parte da SEFAZ-SP, de alguns valores que vinham sendo glosados até abril de 2013, conforme descrito na nota 36; a Administração da Controlada CTEEP revisou os montantes a receber referentes a Lei 4.819/58 e registrou provisão para perdas sobre a realização de créditos para parte dos valores a receber, correspondente às parcelas não reconhecidas como de responsabilidade exclusiva da SEFAZ-SP descritas no item (iii).
- (d) A CESP efetuou adiantamentos para pagamento de despesas mensais referentes a salários-família, decorrentes dos benefícios da Lei Estadual 4.819/58, sendo transferidos à Controlada CTEEP quando da cisão parcial da CESP. Considerando a expectativa de perda, a Administração constituiu provisão para perdas, correspondente ao mesmo valor de R\$2.218.

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

30 de junho 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Tributos e contribuições a compensar

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
Imposto de renda a recuperar	-	19.477	18.348	60.036
Contribuição social a recuperar	-	4.350	16.408	20.948
Imposto de renda retido na fonte	30.908	1.428	35.908	15.260
Contribuição social retido na fonte	126	121	440	524
COFINS (a)	-	-	31.244	1.013
PIS (a)	-	-	6.739	174
Outros	-	-	260	186
	31.034	25.376	109.347	98.141
Circulante	612	14.984	78.925	87.749
Não Circulante	30.422	10.392	30.422	10.392

- (a) A Controlada CTEEP reconheceu crédito de PIS e COFINS extemporâneo sobre aquisição dos últimos 5 anos de máquinas e equipamentos destinados a operação de transmissão de energia elétrica, não apurados anteriormente. O montante do crédito totaliza R\$31.954 (atualizado R\$36.221), sendo os créditos referentes aos projetos recebidos por reversão no total de R\$21.398 reconhecidos como receita na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais” e o restante no valor de R\$10.556 reduz o valor do ativo financeiro na rubrica “Contas a receber serviços de construção”.

11. Benefício Fiscal – ágio incorporado da controladora – consolidado

O ágio pago pela Companhia no processo de aquisição do controle acionário da Controlada CTEEP tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração dos contratos de concessão nº 059/2001 e 143/2001 e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998.

Com o objetivo de evitar que na Controlada CTEEP a amortização do ágio afetasse de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL) de sua incorporadora e Reserva Especial de Ágio na Incorporação, de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos.

O ágio, que em 31 de dezembro de 2007 totalizava R\$689.435, será amortizado substancialmente até julho de 2015, em parcelas mensais, conforme autorizado por meio da Resolução ANEEL nº 1.164, de 18 de dezembro de 2007, está assim composta:

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ano	Contrato de concessão		Amortização - % a.a.	
	059/2001	143/2001	Total	
	2008 a 2012	12,20	0,10	12,30
2013 a 2015	12,73	0,02	12,75	
2016 a 2031	-	0,25	0,25	

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Controlada CTEEP nas informações trimestrais consolidadas, o valor líquido de R\$45.416 (R\$60.359 em 31 de dezembro de 2013), que, em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo não circulante realizável a longo prazo como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

A movimentação no semestre findo em 30 de junho de 2014 é a seguinte:

	Ágio	Provisão	Líquido
Saldos em 31.12.2013	177.531	(117.172)	60.359
Realização no período (nota 30)	(43.952)	29.009	(14.943)
Saldos em 30.06.2014	133.579	(88.163)	45.416

A amortização está registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica outras receitas (despesas), líquidas (nota 30).

12. Empréstimos a receber

A composição dos saldos em 30 de junho de 2014 de empréstimos e financiamentos é como segue:

Moeda estrangeira	Encargos	Vencimento final	Controladora	
			30.06.2014	31.12.2013
Interconexión Eléctrica S.A ESP ("ISA") (a)	LIBOR + 3% a.a	28.12.2014	52.429	55.764
Total em moeda estrangeira			52.429	55.764
Circulante			52.429	55.764
Não circulante			-	-

(a) Refere-se a empréstimo concedido pela ISA CAPITAL à sua Controladora Interconexión Eléctrica S.A. ESP ("ISA"). Trata-se de um repasse integral do empréstimo obtido pela Companhia em dezembro de 2006

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

denominado em dólares norte-americanos, no montante original de US\$23.800, cujo vencimento e amortização em parcela única ocorreu em 19 de julho de 2007 e com juros calculados com base na taxa LIBOR, acrescida de 3,00% ao ano. A Companhia manteve as mesmas premissas de incidência e cálculo dos juros, inclusive o recebimento semestral, no entanto o vencimento da amortização do principal foi acordado para um período de 8 anos em parcela única a vencer em 28 de dezembro de 2014.

A movimentação no semestre findo em 30 de junho de 2014 dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora
Saldos em 31.12.2013	<u>55.764</u>
Recebimento de juros	(878)
Juros e variações monetárias e cambiais	<u>(2.457)</u>
Saldos em 30.06.2014	<u>52.429</u>

13. Cauções e depósitos vinculados

Controladora

Refere-se a depósito no Bank of New York como garantia dos juros pagos semestralmente relativos aos bônus remanescente após a reestruturação da dívida. A importância a ser mantida na conta é da ordem de US\$1,4 milhão e conforme previsto em contrato, a Companhia tem utilizado os recursos dessa conta para efetuar os pagamentos dos juros, que ocorrem nos meses de janeiro e julho, e posteriormente a cada pagamento procede-se a recomposição do saldo da conta. O saldo de R\$3.262 registrados no ativo circulante, em 31 de dezembro de 2013, foi utilizado para o pagamento dos juros do mês de janeiro de 2014.

Dentro do prazo legal estipulado em contrato, o saldo da conta foi recomposto com um depósito no valor de R\$ 3.121, em 24 de abril de 2014.

Consolidado

No ativo não circulante, tendo em vista as incertezas quanto ao desfecho das ações objeto de depósitos, a Controlada CTEEP tem por procedimento mantê-los por seu valor nominal, não registrando nenhum tipo de atualização monetária ou rendimento. O saldo está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Autuações – ANEEL (a)	-	-	9.545	9.545
Depósitos judiciais				
Trabalhistas (nota 23 (a))	-	-	57.315	65.511
Previdenciárias - INSS (nota 23 (a))	-	-	1.226	1.226
Depósito BANK of NEW YORK (Caução)	3.067	3.262	3.067	3.262
	<u>3.067</u>	<u>3.262</u>	<u>71.153</u>	<u>79.544</u>
Circulante	3.067	3.262	3.067	3.262
Não circulante	-	-	68.086	76.282

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (a) Referem-se a depósitos com o objetivo de anular autuações da ANEEL as quais a Companhia contesta.

Não houve alteração na natureza dos depósitos judiciais em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

14. Investimentos

(a) Informações da Controlada CTEEP

	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Número de ações (quantidade) em circulação na data do Balanço		
Ordinárias - ON	64.484.433	64.484.433
Preferenciais - PN	88.177.132	88.177.132
Total	<u>152.661.565</u>	<u>152.661.565</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	2.000.000	2.000.000
Reservas de capital	1.217.661	1.217.661
Reserva especial de ágio	147.912	147.912
Reservas de lucro	1.516.874	1.516.874
Proposta de dividendos adicionais	-	30.000
Lucros acumulados	176.910	-
Total	<u>5.059.357</u>	<u>4.912.447</u>
Lucro líquido do período (semestre)	<u>175.653</u>	<u>71.022</u>

(b) Informações do Investimento da Companhia

	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ações possuídas - ON (quantidades) em circulação na data do Balanço	57.714.208	57.714.208
Patrimônio Líquido da CTEEP	5.059.357	4.912.447
(-) Reserva Especial de ágio	(147.912)	(147.912)
Patrimônio líquido da CTEEP (base Equivalência Patrimonial)	4.911.445	4.764.535
Percentual de participação sobre capital social da CTEEP	37,8053%	37,8053%
Investimento	<u>1.856.787</u>	<u>1.801.249</u>
Ágio a amortizar (Direito de concessão)	-	-
Ágio - Reserva especial	147.912	147.912
Ajuste Equivalência Patrimonial – Lei 4.819/58 (a)	111.582	111.582
Total do investimento	<u>2.116.281</u>	<u>2.060.743</u>

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (a) Durante o exercício de 2013, a Controlada CTEEP registrou provisão para perdas sobre a realização de créditos para parte dos valores a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, relacionados ao plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58. Para o cálculo da equivalência patrimonial sobre o investimento nesta controlada, a Companhia efetuou um ajuste, no montante de R\$111.582, para desconsiderar o efeito da provisão anteriormente mencionada, com o objetivo de alinhar o momento do reconhecimento das obrigações associadas à Lei 4819/58, uma vez que a Companhia já possui um passivo registrado de mesma natureza.

(c) **Movimentação no semestre findo em 30 de junho de 2014 dos investimentos**

Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.060.743
Resultado de equivalência patrimonial	66.882
Dividendos intermediários a receber no semestre	(11.342)
Outros	(2)
Saldo em 30 de junho de 2014	2.116.281

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

30 de junho 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14.1. Investimento Controlada CTEEP

(a) Informações da Controlada da CTEEP

	INVESTIMENTOS DA CONTROLADA CTEEP																
	IEMG		Pinheiros		Serra do Japi		Evrecy		IENNE		IESul		IEMadeira		IEGaranhuns		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013	
Data base																	
Números de ações ordinárias possuídas	83.055.292	81.855.292	269.360.000	269.360.000	86.748.000	86.748.000	21.512.367	21.512.367	81.821.000	81.821.000	90.778.499	88.228.499	701.760.000	632.910.000	159.120.000	99.450.000	
Participação no capital integralizado - %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	25,0	25,0	50,0	50,0	51,0	51,0	51,0	51,0	
Capital integralizado	83.055	81.855	269.360	269.360	86.748	86.748	21.512	21.512	327.084	327.284	181.557	176.457	1.376.000	1.241.000	312.000	195.000	
Patrimônio líquido	108.030	106.871	325.967	311.607	144.768	140.160	37.816	36.915	339.231	343.773	192.946	187.456	1.744.364	1.552.752	335.658	220.813	
Lucro líquido	(41)	3.452	14.360	18.893	4.608	30.610	901	5.022	(4.542)	(41.521)	390	2.811	56.612	135.537	15.845	7.271	

(b) Movimento no semestre findo em 30 de junho de 2014 dos Investimentos da Controlada da CTEEP

	Consolidado				
	IENNE	IESul	IEMadeira	IEGaranhuns	Total
Saldos em 31.12.2013	85.943	93.728	791.903	103.435	1.075.009
Integralização de capital	-	2.550	68.850	59.670	131.070
Equivalência Patrimonial	(1.135)	195	28.872	8.081	36.013
Saldos em 30.06.2014	84.808	96.473	889.625	171.186	1.242.092

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e sua Controlada CTEEP e não vinculados ao contrato de concessão.

	Controladora					
	Taxas médias anuais de depreciação				30.06.2014	31.12.2013
	%	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Em serviço						
Maquinas e equipamentos	6%	33	(19)	14	17	
Móveis e utensílios	6%	31	(20)	11	13	
		64	(39)	25	30	

	Consolidado					
	Taxas médias anuais de depreciação				30.06.2014	31.12.2013
	%	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Em serviço						
Terrenos	-	2.060	-	2.060	2.060	
Maquinas e equipamentos	6,25%	3.011	(1.735)	1.276	1.075	
Móveis e utensílios	6,25%	6.777	(4.813)	1.964	2.111	
Equipamentos de informática	24,8% (*)	10.187	(4.138)	6.049	4.125	
Veículos	21,0%	798	(667)	131	194	
Outros	4,0%	2.121	(933)	1.188	835	
		24.954	(12.286)	12.668	10.400	

(*) Inclui leasing de equipamento de informática com taxa de 33,3%.

A movimentação no semestre findo em 30 de junho de 2014 do ativo imobilizado é como segue:

	Controladora		
	Saldos em 31.12.2013	Depreciação	Saldos em 30.06.2014
Maquinas e equipamentos	17	(3)	14
Móveis e utensílios	13	(2)	11
	30	(5)	25

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado				
	Saldos em 31.12.2013	Adições	Depreciação (nota 28)	Baixas	Saldos em 30.06.2014
Terrenos	2.060	-	-	-	2.060
Maquinas e equipamentos	1.075	273	(71)	-	1.277
Móveis e utensílios	2.111	-	(146)	(1)	1.964
Equipamento de informática	4.125	2.980	(1.056)	-	6.049
Veículos	194	-	(63)	-	131
Outros	835	520	(3)	(165)	1.187
	10.400	3.773	(1.339)	(166)	12.668

16. Intangível

Refere-se, substancialmente;

- a) Aos gastos incorridos pela Controlada CTEEP no período de abril de 2008 a fevereiro de 2009 na execução do projeto de implantação/estruturação do ERP-SAP cuja amortização vem sendo feita linearmente pelo prazo de 5 anos e;
- b) Ao ágio no montante de R\$27.602, gerado na aquisição da empresa Evrecy pela controlada CTEEP.
- c) Valor resultante do ajuste efetuado no cálculo de equivalência patrimonial sobre o investimento na controlada CTEEP, conforme mencionado na nota 14, item b).

A movimentação no semestre findo em 30 de junho de 2014 do intangível, é como segue:

	Consolidado		
	Ágio	Software	Total
Saldo em 31.12.2013	111.582	46.069	157.651
Adições	-	7.523	7.523
Amortização de gastos com software (nota 28)	-	(4.256)	(4.256)
Saldo em 30.06.2014	111.582	49.336	160.918

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Empréstimos e financiamentos

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora			
	Encargos	Vencimento final	30.06.2014	31.12.2013
Moeda Estrangeira				
Bônus (a)	8,80%	30.01.2017	72.267	76.865
Circulante			2.556	2.719
Não circulante			69.711	74.146
Consolidado				
	Encargos	Vencimento final	30.06.2014	31.12.2013
Moeda Estrangeira				
Bônus (a)	8,80%	30.01.2017	72.267	76.865
Total Moeda Estrangeira			72.267	76.865
Moeda nacional				
BNDES (b) (i)	TJLP + 1,8% a.a.	15.03.2029	96.555	-
BNDES (b) (i)	3,5% a.a.	15.01.2024	54.117	-
BNDES (b) (ii)	TJLP + 1,8% a.a.	15.06.2015	56.368	84.488
BNDES (b) (iii)	TJLP + 2,3% a.a.	15.06.2015	94.505	141.217
BNDES (b) (iv)	TJLP + 2,1% a.a.	15.02.2028	7.214	7.303
BNDES (b) (iv)	3,5% a.a.	15.04.2023	15.996	16.502
BNDES (b) (v)	TJLP + 2,6% a.a.	15.05.2026	42.355	44.210
BNDES (b) (v)	5,5% a.a.	15.01.2021	66.047	71.128
BNDES (b) (vi)	TJLP + 1,9% a.a.	15.05.2026	44.348	46.083
BNDES (b) (vi)	TJLP + 1,5% a.a.	15.05.2026	38.347	39.829
BNDES (b) (vii)	TJLP + 2,4% a.a.	15.04.2023	44.882	47.432
BNDES / Finame PSI	4,0% a.a.	15.08.2018	319	-
Eletrobras	8,0% a.a.	15.11.2021	264	290
Arrendamentos mercantis financeiros			2.465	3.355
Total Moeda Nacional			563.782	501.837
Total Moeda Nacional e Estrangeira			636.049	578.702
Circulante			198.542	195.530
Não circulante			437.507	383.172

(a) Emissão de bônus realizada em 29 de janeiro de 2007 no valor de US\$ 554 milhões

Para os bônus em circulação no mercado foram mantidas as mesmas condições pactuadas quando da emissão porém sem qualquer tipo de *covenants*. O prazo de vencimento do principal permanece em janeiro de 2017 e os juros continuam sendo pagos semestralmente, ocorrendo em janeiro e julho de cada ano, com taxa de 8,8% ao ano. Até 30 de junho de 2014 foram pagos pela ISA Capital aos detentores desses bônus juros no total de R\$3.398 (31.12.2013 – R\$5.772).

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Não houve alteração na natureza dos empréstimos em relação à 31 de dezembro de 2013.

(b) BNDES

- (i) Em 23 de dezembro de 2013, a Controlada CTEEP assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$391,3 milhões, sendo R\$284,2 milhões ao custo de TJLP + 1,80% a.a, R\$1,9 milhões ao custo de TJLP, e R\$105,2 milhões ao custo de 3,50% a.a. O crédito é destinado à implantação do Plano de Investimentos Plurianual, relativo ao período 2012-2014, compreendendo obras referentes à modernização do sistema de transmissão de energia elétrica, melhorias sistêmicas, reforços e implantação de novos projetos, bem como à implantação de investimentos sociais no âmbito da comunidade. As liberações ocorreram em 29 de janeiro e 26 de junho de 2014 nos montante de R\$124,1 e R\$26,9 milhões, respectivamente.

Os juros serão cobrados trimestralmente (março, junho, setembro e dezembro) e mensalmente a partir de abril de 2015. O principal da dívida decorrente deste contrato deverá ser pago a partir de abril de 2015 através de prestações mensais, iguais e sucessivas em até 168 parcelas. Como garantia, a Controlada CTEEP ofereceu fiança bancária contratada com vigência mínima de 2 anos com os bancos Bradesco e Safra, ao custo de 0,94% a.a. e 0,80% a.a. respectivamente, com vencimentos trimestrais.

- (ii) Em 18 de novembro de 2008, a Controlada CTEEP assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$329,1 milhões, com amortização a partir de janeiro de 2011 em 54 parcelas mensais, sendo que, até o início da amortização, os encargos foram pagos trimestralmente. Como garantia, a Controlada CTEEP ofereceu fiança bancária contratada com vigência até 15 de junho de 2015 com os bancos Bradesco e Santander, ao custo de 1,2% a.a e 0,6% a.a respectivamente, com vencimentos trimestrais.

- (iii) Em 17 de setembro de 2007, a Controlada CTEEP assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R\$764,2 milhões, reduzido para R\$601,7 milhões em dezembro de 2008. O valor corresponde a 70,0% do investimento total realizado, que inclui obras de melhoria sistêmica, reforços, modernizações do sistema de transmissão existente e novos projetos, e é parte do Plano de Investimentos Plurianual 2006/2008, com amortização a partir de janeiro de 2009 em 78 parcelas mensais. Como garantia, a Controlada CTEEP ofereceu fianças bancárias contratadas com vigência até 15 de dezembro de 2015, com os bancos Bradesco, Santander e Banco do Brasil, ao custo de 0,7% a.a., com vencimentos trimestrais.

Os contratos relacionados aos itens (i), (ii) e (iii), apresentam os seguintes indicadores financeiros máximos, com periodicidade de apuração anual: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado < 3,5 e Dívida Líquida/ Dívida Líquida + PL < 0,6.

Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Controlada CTEEP deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à participação por ela detida), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%. Inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants).

- (iv) Em 13 de agosto de 2013, a Controlada indireta Pinheiros assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$23,5 milhões. Foram liberados R\$21,6 e R\$1,9 milhões em 12 de setembro e 11 de dezembro de 2013, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar as linhas de transmissão e subestações constantes no contrato de concessão nº 021/2011, com amortização em até 168 parcelas mensais a partir de 15 de março de 2014. A Controlada indireta

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Pinheiros deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.

- (v) Em 30 de dezembro de 2010, a Controlada indireta Pinheiros assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$119,9 milhões. Foram liberados R\$91,3 milhões e R\$28,6 milhões em 28 de janeiro e 27 de abril de 2011, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão, com amortização em 168 parcelas mensais a partir de 15 de setembro de 2011. A Controlada indireta Pinheiros deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.
- (vi) Em 28 de outubro de 2011, a Controlada indireta Serra do Japi assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$93,3 milhões. Foram liberados R\$75,0, R\$15,0 e R\$3,3 milhões em 18 de novembro e 12 de dezembro de 2011 e 27 de fevereiro de 2012, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar as linhas de transmissão e subestações constantes no contrato de concessão, com amortização em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2012. A Controlada indireta Serra do Japi deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,2 apurado anualmente.
- (vii) Em 14 de janeiro de 2009, a Controlada indireta IEMG assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$70,6 milhões, cujo valor foi liberado em 27 de março de 2009. O recurso destina-se a financiar, aproximadamente, 50,0% da Linha de Transmissão (LT) entre as subestações Neves 1 e Mesquita, com amortização a partir de 15 de maio 2009, em 168 parcelas mensais. A fiança bancária foi dispensada pelo BNDES em 15 de março de 2011. A Controlada indireta IEMG deverá manter, durante todo o período de amortização, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.

Os vencimentos das parcelas de longo prazo estão distribuídos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
2015	-	-	20.488	102.527
2016	-	-	39.611	26.542
2017	69.711	74.146	109.322	100.688
2018	-	-	39.579	26.536
2019	-	-	39.508	26.517
2020 a 2024	-	-	144.788	74.891
2025 a 2029	-	-	44.211	25.471
	69.711	74.146	437.507	383.172

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação para o semestre findo em 30 de junho de 2014 dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2013	76.865	578.702
Adições	-	151.368
Pagamentos (principal e juros)	(3.398)	(112.530)
Juros e variações monetárias e cambiais	(1.200)	18.509
Saldos em 30.06.2014	72.267	636.049

A Controlada CTEEP participa na qualidade de interveniente garantidora às controladas, em seus contratos de financiamento, conforme abaixo:

Controlada	Participação na controlada	Banco	Modalidade dívida	Saldo devedor em 30.06.2014	Modalidade garantias	Saldo garantido pela CTEEP	Término da garantia
IEMG (b viii)	100%	BNDES	FINEM	44.882	Não há Fiança	44.882	-
Serra do Japi (b vi)	100%	BNDES	FINEM	82.695	bancária Fiança	82.695	15.08.2026
Pinheiros (b v)	100%	BNDES	FINEM e PSI	108.402	bancária Fiança	108.402	13.02.2015
Pinheiros (b iv)	100%	BNDES	FINEM e PSI	23.210	bancária Fiança	23.210	23.08.2015
IESul	50%	BNDES	FINEM e PSI	15.460	bancária Fiança	7.730	05.10.2014
IESul	50%	BNDES	PSI	21.160	bancária Fiança	10.580	10.08.2015
IENNE	25%	Banco do Nordeste	FNE	211.574	bancária	52.894	01.06.2015
IENNE	25%	Banco do Brasil	Conta garantida	18.169	Não há	4.542	-
IEMadeira	51%	Banco da Amazônia	crédito bancária	288.249	Fiança bancária	147.007	30.06.2015
IEMadeira	51%	BNDES	FINEM e PSI	1.778.295	bancária	906.930	30.06.2015
IEMadeira	51%	Itaú/BES	Debêntures de infraestrutura	392.177	Contra garantia	200.010	18.03.2025
IEGaranhuns	51%	BNDES	FINEM e PSI	286.889	Contra garantia	146.313	15.12.2028

Existe contra garantia da Controlada CTEEP nos contratos de fiança bancária e interveniência nos contratos de financiamento de BNDES, no limite de sua participação nas controladas.

Os contratos de BNDES e debêntures das controladas e controladas em conjunto possuem cláusulas restritivas que exigem o cumprimento de indicadores financeiros de forma semelhante àqueles mencionados no item (a) (iii), bem como cláusulas de “cross default” que estabelecem o vencimento antecipado das dívidas na ocorrência de vencimento antecipado das dívidas da Controlada CTEEP.

Até 30 de junho de 2014, todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Controlada CTEEP e suas controladas.

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

18. Debêntures

	Vencimento	Quan- tidade	Encargos	Consolidado	
				30.06.2014	31.12.2013
1ª série (i)	15.12.2014	49.100	CDI + 1,3% a.a.	162.734	162.518
2ª série (i)	15.12.2017	5.760	IPCA + 8,1% a.a.	56.449	75.147
Série única CTEEP (ii)	26.12.2018	50.000	116,0% do CDI a.a.	525.905	499.975
				745.088	737.640
Circulante				192.258	184.884
Não circulante				552.830	552.756

(i) Em dezembro de 2009, a Controlada CTEEP emitiu 54.860 debêntures, em duas séries, no montante total de R\$548,6 milhões, com entrada do recurso em janeiro de 2010.

- 1ª série: O vencimento das debêntures ocorre anualmente ao término do prazo de 5 anos da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2012, de 2013 e de 2014; e a remuneração é paga semestralmente, nos dias 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano.
- 2ª série: Os vencimentos das debêntures ocorrerão nas seguintes datas: 15 de junho de 2014, 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017; e a remuneração é paga nas seguintes datas: 15 de junho de 2011, de 2012, de 2013 e de 2014, 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017.

Os indicadores financeiros estabelecidos na escritura são: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado \leq 3,5 e EBITDA Ajustado/Resultado financeiro $>$ 3,0, apurado trimestralmente.

Até 30 de junho de 2014, todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Controlada CTEEP e suas controladas.

(ii) Em dezembro de 2013, a Controlada CTEEP emitiu 50.000 debêntures em série única, no montante total de R\$500,0 milhões. O vencimento das debêntures ocorrerá anualmente nos dias 26 de dezembro de 2016, de 2017 e de 2018; e a remuneração é paga semestralmente, nos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 26 de junho de 2016 e a última em 26 de dezembro de 2018.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	30.06.2014	31.12.2013
2015	18.254	17.580
2016	184.299	184.245
2017	184.325	184.269
2018	165.952	166.662
	552.830	552.756

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação para o semestre findo em de 30 de junho de 2014 das debêntures é como segue:

Saldos em 31.12.2013	737.640
Pagamentos de principal	(18.884)
Pagamentos de juros	(18.947)
Juros e variações monetárias e cambiais	45.279
Saldos em 30.06.2014	745.088

19. Tributos e encargos sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
Imposto de renda	398	418	870	665
Contribuição social	-	-	302	160
COFINS	-	5.746	4.773	10.323
PIS	-	1.248	1.036	2.241
INSS	24	17	4.704	5.402
ISS	-	-	2.513	2.530
Outros	2	3	4.464	6.241
	424	7.432	18.662	27.562

20. Impostos parcelados – Lei nº 11.941

Devido a questões relacionadas ao modo de preenchimento, a Controlada CTEEP retificou as declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFs) referentes aos anos de 2004 a 2007, apurando um débito relativo às contribuições do PIS e da COFINS. Para a quitação do débito a Controlada CTEEP aderiu ao Programa de Parcelamento de Débitos Fiscais instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pagando R\$141.162 à vista, em 30 de novembro de 2009, com benefício de redução da multa e juros no montante de R\$42.257. O saldo remanescente está sendo pago em 180 meses desde novembro de 2009.

Em 30 de junho de 2011, a Controlada CTEEP consolidou os débitos tributários perante a Receita Federal e optou pelo parcelamento em 180 meses para cálculo das parcelas a serem pagas a partir de 30 de junho de 2011. Do total de parcelas foram deduzidas as antecipações feitas no período de 30 de novembro de 2009 a 31 de maio de 2011 e que representavam 19 parcelas já pagas. Após as deduções das antecipações foram geradas 161 parcelas para pagamento a partir de 30 de junho de 2011, a primeira parcela no montante de R\$975, sujeitas a atualização monetária com base na SELIC acumulada contada a partir de dezembro de 2009.

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação no semestre findo em 30 de junho de 2014 é a seguinte:

	Consolidado
	30.06.2014
Saldo Inicial	150.742
Atualização monetária sobre o débito	5.258
Pagamentos efetuados	(7.100)
	148.900
Circulante	14.410
Não circulante	134.490

21. PIS e COFINS diferidos

	Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013
PIS diferido	17.827	21.019
COFINS diferido	82.171	96.841
	99.998	117.860

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de construção e receita financeira apurada sobre o ativo financeiro de construção. O recolhimento ocorre quando do efetivo faturamento da RAP e amortização do ativo financeiro.

22. Encargos regulatórios a recolher

	Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	68.251	65.742
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	467	504
Reserva Global de Reversão – RGR (ii)	11.300	6.684
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	1.064	1.257
Taxa de fiscalização – ANEEL	593	499
	81.675	74.686
Circulante	59.522	38.666
Não circulante	22.153	36.020

(i) A Controlada CTEEP e suas controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da finalização do projeto são submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL para, posterior, reconhecimento de liquidação da obrigação.

(ii) Conforme artigo 21 da Lei nº 12.783, a partir de 01 de janeiro de 2013, as concessionárias do serviço de transmissão de energia elétrica com os contratos de concessão prorrogados nos termos da referida Lei, ficam desobrigadas do recolhimento da quota anual da RGR. Para a Controlada CTEEP aplica-se ao contrato nº 059/2001. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de RGR a pagar refere-se ao complemento do encargo referente aos exercícios de 2011 e 2012.

23. Provisões

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
Férias e encargos sociais	-	20	20.854	19.616
Participação nos lucros e resultados – PLR	-	-	6.063	8.401
Demandas judiciais (a)	-	-	117.717	127.898
	-	20	144.634	155.915
Circulante	-	20	26.917	28.017
Não circulante	-	-	117.717	127.898

(a) Provisão para demandas judiciais

As contingências são avaliadas trimestralmente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Controlada CTEEP, como demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013
Trabalhistas (i)	100.008	103.234
Cíveis (ii)	10.442	15.855
Fiscais – IPTU (iii)	5.392	7.042
Previdenciárias – INSS (iv)	1.875	1.767
	117.717	127.898

(i) Trabalhistas

A Controlada CTEEP assumiu a responsabilidade por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos principalmente dos processos de cisão parcial da CESP e da EPTE. A Controlada CTEEP possui depósitos judiciais trabalhistas no montante de R\$57.315 (R\$65.511 em 31 de dezembro de 2013), conforme nota 13.

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(ii) Cíveis

A Controlada CTEEP está envolvida em processos cíveis relacionados à instituição de servidão e desapropriação de imóveis onde sobrepõem linhas de transmissão, decorrentes do próprio negócio, na medida em que para sobrepõem linhas de transmissão a concessionária obtém a Declaração de Utilidade Pública para execução das obras e necessita indenizar os proprietários.

(iii) Fiscais - IPTU

A Controlada CTEEP efetua provisão para fazer face aos débitos com prefeituras de diversos municípios do Estado de São Paulo, relacionados a processos de regularização de áreas.

(iv) Previdenciárias - INSS

Em 10 de agosto de 2001, a Controlada CTEEP foi notificada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS por não recolher contribuições sobre remunerações pagas aos empregados, a título de vale-refeição, lanche matinal, cesta-básica e vale transporte, relativas ao período de abril de 1999 a julho de 2001. A Administração da Controlada CTEEP iniciou procedimento de defesa e atualmente o valor do depósito judicial para este processo totaliza R\$1.226 (R\$1.226 em 31 de dezembro de 2013). Vide nota 13.

Movimentação do semestre findo em 30 de junho de 2014 das provisões para demandas judiciais:

	Consolidado				
	Trabalhista	Cível	Fiscais - IPTU	Previdenciárias - INSS	Total
Saldos em 31.12.2013	103.234	15.855	7.042	1.767	127.898
Constituição	1.969	375	-	-	2.344
Reversão/pagamento	(7.607)	(6.287)	(1.933)	-	(15.827)
Atualização	2.412	499	283	108	3.302
Saldos em 30.06.2014	100.008	10.442	5.392	1.875	117.717

(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Controlada CTEEP e suas controladas possuem ações de natureza tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para as quais não constitui provisão, no montante estimado de R\$228.916 em 30 de junho de 2014 (R\$171.001 em 31 de dezembro de 2013), concentradas principalmente em trabalhistas e fiscais que totalizam R\$210.755 (R\$141.886 em 31 de dezembro de 2013).

Classificação	Quantidade	Total
Trabalhistas	271	32.295
Cíveis	28	18.161
Fiscais – CSLL base negativa (i)	1	19.832
Fiscais – MANAD (ii)	1	16.983
Fiscais – Amortização ágio (iii)	2	124.721
Fiscais – IRPJ e CSLL (iv)	1	15.793
Fiscais – Outros	12	1.131
Plano Lei 4.819/58 (v)	1	-
		228.916

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

30 de junho 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(i) Fiscais – CSLL base negativa

Processo decorrente de auto de infração lavrado em 2007, pela não comprovação da composição da base negativa da CSLL, oriundo do balanço de cisão parcial da CESP. Pendente de julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

(ii) Fiscais – MANAD

Processo decorrente de autos de infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em 2011 na Controlada CTEEP, em razão de atendimento de obrigação acessória referentes à entrega de arquivos digitais, relacionados ao Manual Normativo de Arquivos Digitais (MANAD). Aguarda julgamento de recurso.

(iii) Fiscais – Amortização do Ágio

Processo decorrente de autos de infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em 2013 e 2014, referentes à operação de ágio pago pela Companhia no processo de aquisição do controle acionário da Controlada CTEEP. Pendentes de julgamento.

(iv) Fiscais – IRPJ e CSLL

Refere-se a pedido de compensação pleiteado pela Controlada CTEEP em maio de 2003, referente a saldo negativo de IRPJ e CSLL (exercício de 2002), no valor de R\$16,9 milhões compensado com débitos de IRPJ e CSLL, apurados nos meses de janeiro a março de 2003, o qual foi deferido parcialmente. Pendente de julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

(v) Plano Lei 4.819/58

Refere-se ao plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58, vide nota 36.

(c) Processos com probabilidade de perda classificada como remota - consolidado

(i) Ação de cobrança da Eletrobras contra a Eletropaulo e EPTE

Em 1989, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. (atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - “Eletropaulo”), referente a saldo de contrato de financiamento. A Eletropaulo discordava do critério de atualização monetária de referido contrato de financiamento e consignou em pagamento, depositando judicialmente os valores que considerava como efetivamente devidos. Em 1999, foi proferida sentença referente à ação mencionada, condenando a Eletropaulo ao pagamento do saldo apurado pela ELETROBRAS.

Nos termos do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, realizada em 31 de dezembro de 1997 e que implicou a constituição da EPTE e de outras empresas, as obrigações de qualquer natureza referentes a atos praticados até a data de cisão são de responsabilidade exclusiva da Eletropaulo, exceção feita às contingências passivas cujas provisões tivessem sido alocadas às incorporadoras. No caso em questão, não houve, à época da cisão parcial, a alocação à EPTE de provisão para essa finalidade, restando claro para a Administração da Controlada CTEEP e de seus assessores legais que a responsabilidade pela citada contingência era exclusivamente da Eletropaulo. Houve à época da cisão, apenas, a versão ao ativo da EPTE de depósito judicial no valor histórico de R\$4,00 constituído em 1988, pela Eletropaulo, referente ao valor que aquela empresa entendia ser devido à ELETROBRAS como saldo do citado contrato de financiamento, e a alocação no passivo da EPTE de igual valor referente a este saldo.

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

30 de junho 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em decorrência do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, portanto, a EPTE seria titular do ativo transferido e a Eletropaulo seria responsável pela contingência passiva referente ao valor demandado judicialmente pela ELETROBRAS. Em outubro de 2001, a ELETROBRAS promoveu execução de sentença referente ao citado contrato de financiamento, cobrando R\$429 milhões da Eletropaulo e R\$49 milhões da EPTE, entendendo que a EPTE satisfaria o pagamento desta parte com os recursos corrigidos do citado depósito judicial. A Controlada CTEEP incorporou a EPTE em 10 de novembro de 2001, sucedendo-a nas suas obrigações e direitos.

Em 26 de setembro de 2003, foi publicado acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro excluindo a Eletropaulo da execução da mencionada sentença. Em decorrência dos fatos, a ELETROBRAS protocolou, em 16 de dezembro de 2003, Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, visando manter a mencionada cobrança referente à Eletropaulo. Recursos semelhantes aos da ELETROBRAS foram interpostos pela Controlada CTEEP.

O Superior Tribunal de Justiça deu provimento, em 29 de junho de 2006, ao Recurso Especial da Controlada CTEEP, no sentido de reformar a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que havia excluído a Eletropaulo do pólo passivo da ação de execução movida pela ELETROBRAS.

Em decorrência do referido provimento do Superior Tribunal de Justiça, em 04 de dezembro de 2006, a Eletropaulo ofertou embargos de declaração, os quais foram rejeitados, conforme acórdão publicado em 16 de abril de 2007, bem como os Recursos Especial e Extraordinário que mantiveram a decisão do Superior Tribunal de Justiça, cujo trânsito em julgado ocorreu em 30 de outubro de 2008. Diante dessas decisões entendendo descabida a Exceção de Pré-Executividade ofertada pela Eletropaulo, a ação de execução movida pela ELETROBRAS segue seu curso normal na forma originalmente proposta.

Em dezembro de 2012, foi publicada decisão que indeferiu a produção de provas requeridas pelas partes encerrando a liquidação por artigos, declarando que a responsabilidade pelo pagamento da condenação é da Eletropaulo, abatendo-se o montante depositado em juízo referente à ação consignatória. A Eletropaulo recorreu para que o processo retornasse a fase probatória para realização de prova pericial. Em 30 de junho de 2014, aguarda-se a realização de perícia.

Acerca dessa dívida e à luz dos documentos formais referentes à cisão parcial da Eletropaulo, a Controlada CTEEP, segundo o entendimento da sua Administração e de seus assessores legais, é titular apenas do depósito judicial a ela transferido como ativo constituído em 1988, devendo prosseguir na defesa desse direito. De outra parte, a Controlada CTEEP não constituiu provisão para a contingência, que entende ser de responsabilidade da Eletropaulo e que dessa forma vem sendo cobrada pela ELETROBRAS e aceita em juízo.

24. Valores a pagar – Fundação CESP

A Controlada CTEEP patrocina planos de complementação e suplementação de aposentadoria e pensão e de assistência médica mantidos com a Fundação CESP, que somado aos custos administrativos do fundo apresenta saldo de R\$5.977 em 30 de junho de 2014 (R\$6.091 em 31 de dezembro de 2013), referente às parcelas mensais a pagar como contribuição ao fundo.

(a) Plano “A” - complementação de aposentadorias

Regido pela Lei Estadual 4.819/58, que se aplica aos empregados admitidos até 13 de maio de 1974, prevê benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de total responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Estado de São Paulo, portanto, sem risco e custo adicional para a Controlada (nota 36).

(b) Plano “B” e “B1” - suplementação de aposentadorias

Os Planos “B” e “B1”, regidos pela Lei 6.435/77 e administrados pela Fundação CESP, têm por entidade patrocinadora a própria Controlada CTEEP, proporcionando benefícios de suplementação de aposentadorias e pensão, cujas reservas são determinadas pelo regime financeiro de capitalização.

O chamado Plano “B” refere-se a Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, calculado nas datas de 31 de dezembro de 1997 (CTEEP) e 31 de março de 1998 (EPTE), de acordo com o regulamento vigente, sendo o seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial equacionado à época. O resultado técnico atuarial anual desse plano (déficit ou superávit) é de responsabilidade integral da Controlada CTEEP.

Em 01 de janeiro de 1998 (CTEEP) e em 01 de abril de 1998 (EPTE), a Controlada CTEEP, respectivamente, implantou o Plano “B1”, que define contribuições e responsabilidades paritárias entre a Controlada CTEEP e os participantes, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro atuarial do plano. Esse plano proporciona benefícios de aposentadorias e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da Previdência Social. O plano tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% como Benefício Definido - BD e 30% como Contribuição Definida - CD. Na data da aposentadoria o Plano de Benefícios de Contribuição Definida - CD torna-se de Benefício Definido - BD. Os planos “B” e “B1” foram fusionados financeiramente constituindo-se o Plano PSAP - Transmissão Paulista.

(c) Plano PSAP - Transmissão Paulista

Em 01 de janeiro de 2004, os planos patrocinados pela Controlada CTEEP, bem como os da extinta EPTE, foram fusionados financeiramente, sendo mantidas as características individuais dos respectivos planos, constituindo-se, assim, o Plano PSAP - Transmissão Paulista.

Durante o semestre não houve variação significativa no número de participantes dos planos e nas premissas utilizadas pela Controlada CTEEP em relação ao informado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

25. Obrigações especiais – Reversão/Amortização

O saldo em 30 de junho de 2014, de R\$24.053 (R\$24.053 em 31 de dezembro de 2013), refere-se aos recursos derivados da reserva de reversão, amortização e parcela retida na Controlada CTEEP, das quotas mensais da Reserva Global de Reversão – RGR, relativas a aplicações de recursos em investimentos para expansão do serviço público de energia elétrica e amortização de empréstimos captados para a mesma finalidade, ocorridos até 31 de dezembro de 1971. Anualmente, conforme despacho ANEEL, a Controlada CTEEP paga 5% sobre o valor da Reserva, à título de juros. Não está definida pelo Poder Concedente a forma de liquidação dessas obrigações.

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

26. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

Em 9 e 19 de março de 2010, a Companhia promoveu dois aumentos de capital com emissão de ações preferenciais resgatáveis ao preço de R\$2,020731 por ação, cujo resgate terá início em 12 de abril de 2013 e termino em 09 de abril de 2016, que foram totalmente subscritas e integralizadas por HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo (“HSBC”), conforme segue:

- (i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de março de 2010, nos termos da Proposta do Conselho de Administração datada de 08 de março de 2010, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$840.000, dos quais R\$420 foram destinados ao capital social e R\$839.580 foram destinados à conta de reserva de capital, mediante a criação e emissão de 415.691.162 ações preferenciais resgatáveis distribuídas em 13 classes, com direito a dividendos fixos cumulativos, as quais foram subscritas e integralizadas na mesma data, passando o capital social da Companhia de R\$839.778 para R\$840.198 divididos em 1.256.316.162 ações. Nessa mesma assembleia foi aprovada a redução do dividendo obrigatório, que passou de 25% para 1%, e a reforma do Estatuto Social da Companhia; e
- (ii) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de março de 2010, foi aprovado um novo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, com a emissão de 178.153.342 ações preferenciais resgatáveis, distribuídas em 13 classes, com direito a dividendos fixos cumulativos, no valor total de R\$360.000 o qual foi subscrito e integralizado na mesma data, e dos quais R\$180 foram destinados ao capital social e R\$359.820 foram destinados à conta de reserva de capital da Companhia. Neste sentido, o capital social da Companhia passou de R\$840.198 para R\$840.378 dividido em 1.398.838.834 ações.

A partir de 2013, conforme previsto no cronograma de resgate das ações preferenciais resgatáveis, constante do Estatuto Social, a ISA Capital passou a resgatar as referidas ações. As classes A, B, C e D, foram resgatadas, respectivamente, em 12 de abril, 04 de julho, 04 de outubro de 2013 e 06 de janeiro de 2014. Assim, após referidos resgates, remanesceram 441.272.148 ações preferenciais de posse dos acionistas HSBC e Votorantim na proporção de 50% para cada um.

Em 25 de fevereiro de 2014, foi firmado entre os acionistas o Primeiro Aditamento ao Acordo de Acionistas ocasião em que a ISA Capital realizou Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre (i) a conversão das classes de ações preferenciais resgatáveis então existentes em novas classes, e (ii) alteração dos artigos 5º e 6º do Estatuto Social, bem como sua consolidação. Dentre as alterações introduzidas ao Acordo de Acionistas destacamos (i) o novo cronograma de resgate das ações preferenciais e de pagamento de dividendos fixos cumulativos que passou a ser semestral, quando anteriormente era trimestral, e (ii) os dividendos fixos cumulativos que passaram a ser calculados a partir de 25 de fevereiro de 2014, com base na taxa de 100% da variação do CDI acrescido de 1,5% ao ano, quando anteriormente era calculado com base em 100% da variação do CDI acrescido de 1,0% ao ano.

Dessa forma, em 30 de junho de 2014, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$840.378, representado por 840.625.000 ações ordinárias e 441.272.148 ações preferenciais (486.952.494 ações preferencias em 31.12.2013). O quadro de acionistas da Companhia é como segue:

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

30 de junho 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Total	%
Interconexión Eléctrica S.A ESP	840.625.000	-	840.625.000	65,58%
HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo	-	220.636.074	220.636.074	17,21%
BV Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.	-	220.636.074	220.636.074	17,21%
Total	840.625.000	441.272.148	1.281.897.148	100,00%

(b) Dividendos fixos cumulativos

Conforme previsto no artigo 35º do Estatuto Social da Companhia, os dividendos obrigatórios equivalem a 1% do Lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e são destinados às ações preferenciais resgatáveis até o montante equivalente aos Dividendos Fixos Cumulativos a que fazem jus essas ações.

Conforme estabelecido no Primeiro Aditamento do Acordo de Acionista, firmado em 25 de fevereiro de 2014, de acordo com a cláusula II, foi deliberado que os dividendos fixos cumulativos, que anteriormente eram calculados e pagos trimestralmente, passaram a ser calculados e pagos semestralmente a partir da referida data com base na taxa de 100% da variação do CDI acrescido de 1,5% ao ano. Em decorrência deste Primeiro Aditamento, coube a Companhia pagar, em 28 de fevereiro de 2014, dividendos fixos cumulativos aos acionistas preferencialistas no montante de R\$13.714, calculados com base no critério anterior, ou seja, à taxa de 100% da variação CDI acrescido de 1% ao ano, compreendendo o período de 06 de janeiro de 2014 até 25 de fevereiro de 2014.

O Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de dividendos fixos cumulativos aos acionistas preferencialistas, HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo e ao Banco Votorantim S.A. como segue:

Pagamento	Valor	Valor por Ação R\$	Quantidade de Ações	Deliberação	Competência
06/01/2014	25.000	0,051339	441.272.148	06/01/2014	2013
28/02/2014	13.714	0,031077	441.272.148	25/02/2014	2014
Total	38.714				

(c) Dividendos e juros sobre capital próprio da Controlada CTEEP

Em 31 de dezembro de 2013, a administração da Controlada CTEEP propôs o pagamento de dividendos adicionais propostos no montante de R\$30.000. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2014, na Controlada CTEEP, foi deliberado o pagamento, em 31 de julho de 2014, deste montante correspondentes a R\$0,196514 por ação. Dessa forma, a parcela de dividendos a receber registrada pela Companhia no 1º trimestre resultou no montante de R\$11.342.

(d) Reserva de capital

Após as deliberações de 9 e 19 de março de 2010, acima mencionadas, a conta de Reservas de Capital da Companhia em 31 de dezembro de 2012, tem saldo equivalente a R\$1.199.400. Essa importância, conforme previsto em cronograma será utilizada para a realização dos resgates das ações preferenciais resgatáveis, podendo também, conforme previsto no acordo de acionistas e na Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, conforme alterada, ser utilizada para pagamento de dividendos a que tem direito as ações preferenciais resgatáveis.

Em continuidade aos resgates das ações iniciados em 2013, em 06 de janeiro de 2014 houve resgate de 45.680.346 ações preferenciais resgatáveis classe D de emissão da Controladora, totalizando o valor de R\$92.308. As referidas

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

ações preferenciais foram canceladas e o respectivo valor pago pelo resgate foi integralmente debitado do saldo da conta de Reserva de capital. Dessa forma, em 30 de junho de 2014, a conta de Reserva de capital permaneceu com o saldo de R\$891.092 (R\$983.400 em 31.12.2013).

(e) Ágio na transação de capital

Após a subscrição de ações de emissão da Controlada CTEEP em dezembro de 2011, referente ao aumento de capital daquele ano, a Companhia por um lado apurou um ganho na variação de porcentagem de participação no capital da CTEEP, e por outro uma perda no valor da ação em relação ao seu valor patrimonial resultando em uma perda de R\$7.488. Após deduzido o valor de R\$20 em função da venda de 920 ações da CTEEP ocorrido nos meses de junho e julho de 2012. Dessa forma, em 30 de junho de 2014, a conta tem saldo equivalente a R\$7.468 (R\$7.468 em 31.12.2013).

(f) Reservas de lucro

	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Reserva legal (i)	5.881	5.881
Reserva de retenção de lucros (ii)	<u>54.884</u>	<u>54.884</u>
	<u>60.765</u>	<u>60.765</u>

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

(ii) Reserva de retenção de lucros

Nessa conta deverá ser alocada a parcela do lucro líquido do exercício que remanescer após a destinação dos dividendos fixos cumulativos às ações preferenciais resgatáveis, observando os limites estabelecidos no Estatuto Social da Companhia. Enquanto houver ações preferenciais resgatáveis em circulação, essa conta será utilizada apenas e exclusivamente para o pagamento de dividendos fixos cumulativos a que as ações preferenciais resgatáveis fazem jus e, se for o caso, também para o resgate das ações preferenciais resgatáveis.

(g) Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico e diluído:

	Trimestre findo		Semestre findo	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Lucro básico				
Lucro líquido – R\$ mil	34.808	(813)	64.702	6.167
Quantidade média ponderada de ações				
Ordinárias	840.625.000	840.625.000	840.625.000	840.625.000
Preferenciais	464.112.321	558.213.834	464.112.321	558.213.834
	1.304.737.321	1.398.838.834	1.304.737.321	1.398.838.834
Total do lucro básico por ação- R\$	0,0267	(0,0006)	0,0496	0,0044

27. Receita operacional líquida

27.1 Composição da receita operacional líquida

	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Receita bruta				
Construção (nota 8)	40.439	39.326	81.153	85.838
Operação e Manutenção (nota 8)	166.212	155.248	334.326	298.923
Financeira (nota 8)	34.425	35.683	72.584	74.500
Aluguéis	3.989	3.572	8.151	7.216
Prestação de serviços	1.308	1.415	2.446	2.825
Total da receita bruta	246.373	235.244	498.660	469.302
Tributos sobre a receita				
COFINS	(16.688)	(16.908)	(32.871)	(34.775)
PIS	(3.622)	(3.668)	(7.136)	(7.547)
ISS	(78)	(84)	(170)	(165)
	(20.388)	(20.660)	(40.177)	(42.487)
Encargos regulatórios				
Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	-	-	(892)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.551)	(2.168)	(2.986)	(5.693)
Reserva Global de Reversão – RGR	(724)	(641)	(1.419)	(1.240)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(1.801)	(1.718)	(3.611)	(3.312)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	(3.535)	(4.717)	(6.806)	(9.520)
	(7.611)	(9.244)	(14.822)	(20.657)
	218.374	205.340	443.661	406.158

Não houve alteração na natureza das receitas operacionais em relação à 31 de dezembro de 2013.

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

28. Custos dos serviços de construção e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	Controladora					
	Trimestre Findo em			Semestre Findo em		
	30.06.2014		30.06.2013	30.06.2014		30.06.2013
	Despesas	Total	Total	Despesas	Total	Total
Pessoal	(455)	(455)	(453)	(873)	(873)	(883)
Serviços	(192)	(192)	(151)	(770)	(770)	(630)
Depreciação e amortização de intangível (notas 14 e 15)	(2)	(2)	(2)	(5)	(5)	(5)
Arrendamentos e aluguéis	(82)	(82)	(76)	(161)	(161)	(146)
Outros	(20)	(20)	(1)	(75)	(75)	(56)
	(751)	(751)	(683)	(1.884)	(1.884)	(1.720)

	Consolidado							
	Trimestre Findo em				Semestre Findo em			
	30.06.2014		30.06.2013	30.06.2014		30.06.2013	30.06.2013	
	Custos	Despesas	Total	Total	Custos	Despesas	Total	Total
Pessoal	(52.743)	(10.276)	(63.019)	(61.680)	(102.132)	(20.258)	(122.390)	(133.112)
Serviços	(33.806)	(9.398)	(43.204)	(50.562)	(64.623)	(17.639)	(82.262)	(96.127)
Depreciação e amortização de intangível (notas 14 e 15)	-	(2.329)	(2.329)	(1.819)	-	(4.350)	(4.350)	(3.642)
Materiais	(19.992)	(241)	(20.233)	(32.266)	(34.420)	(490)	(34.910)	(73.962)
Arrendamentos e aluguéis	(1.818)	(1.591)	(3.409)	(3.652)	(4.149)	(3.234)	(7.383)	(7.259)
Contingências	-	(2.564)	(2.564)	(24.566)	-	(11.032)	(11.032)	(31.947)
Outros	(5.657)	(3.929)	(9.586)	(13.608)	(13.328)	(7.266)	(20.594)	(24.136)
	(114.016)	(30.328)	(144.344)	(188.153)	(218.652)	(64.269)	(282.921)	(370.185)

Consolidado

Dos custos demonstrados acima, os custos de construção da Controlada CTEEP totalizaram R\$73.602 em 30 de junho de 2014 e R\$78.064 em 30 de junho de 2013. A respectiva receita de construção, demonstrada na nota 27.1, é calculada acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do custo do investimento. Para as controladas em fase pré-operacional, exercício de 2013, acrescenta-se ao valor do custo do investimento as despesas gerais administrativas e despesas financeiras. Os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção.

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

29. Resultado Financeiro

	Controladora			
	Trimestre findo		Semestre findo	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	1.901	6.200	3.505	13.135
Juros ativos	444	851	910	1.645
Juros Selic IR a recuperar	197	498	552	1.015
Variações cambiais	2.133	5.837	9.427	8.918
	<u>4.675</u>	<u>13.386</u>	<u>14.394</u>	<u>24.713</u>
Despesas				
Juros sobre empréstimos	(1.550)	(1.474)	(3.180)	(2.861)
Comissões e Taxas	-	-	(2.675)	-
IRRF sobre remessa de juros	(215)	(234)	(462)	(433)
Variação Cambial	(1.684)	(12.807)	(8.333)	(24.427)
Outras	(12)	(11)	(40)	(22)
	<u>(3.461)</u>	<u>(14.526)</u>	<u>(14.690)</u>	<u>(27.743)</u>
	<u>1.214</u>	<u>(1.140)</u>	<u>(296)</u>	<u>(3.030)</u>
				Consolidado
				Semestre findo
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	15.944	26.494	30.792	52.867
Juros ativos	10.224	18.936	22.456	46.368
Ajuste MTM (market to market) (CCB International e Commercial Paper)	-	-	-	864
Juros Selic IR a recuperar	197	498	552	1.015
Variações monetárias, líquidas	18.572	16.702	37.180	47.286
Variações cambiais	2.133	5.837	9.427	8.918
Variações cambiais (CCB International e Commercial Paper)	-	1.864	-	12.061
Ajuste de operação de cobertura (swap- CCB International)	427	15.276	-	20.194
Outras	-	224	659	1.262
	<u>47.497</u>	<u>85.831</u>	<u>101.066</u>	<u>190.835</u>

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado			
	Trimestre findo		Semestre findo	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Despesas				
Juros sobre empréstimos	(12.202)	(12.846)	(23.981)	(26.421)
Comissões e Taxas	-	-	(2.675)	-
Juros passivos	(3.025)	(2.379)	(5.948)	(4.640)
Encargos sobre notas promissórias	-	-	-	(1.115)
Encargos sobre debêntures	(21.756)	(22.746)	(42.320)	(43.137)
Encargos (CCB Internacional e Commercial Paper)	-	(1.415)	-	(3.547)
Ajuste MTM (mark to market) (CCB Internacional e Commercial)	-	(345)	-	(345)
IRRF sobre remessa de juros	(215)	(234)	(462)	(433)
Variação Cambial	(1.684)	(12.807)	(8.333)	(24.427)
Variações Cambiais (CCB Internacional e Commercial Paper)	-	(18.384)	-	(24.841)
Ajuste de operação de cobertura (swap- CCB Internacional)	-	(3.675)	-	(12.778)
Outras	(739)	(250)	(1.092)	(1.260)
	(39.621)	(75.081)	(84.841)	(142.944)
Total Resultado Financeiro Líquido	7.876	10.750	16.225	47.891

Na Controlada CTEEP, as captações internacionais, no semestre de 2013, apresentaram uma despesa de variação cambial líquida de R\$12.780 e encargos de R\$3.547. Em contrapartida, o ajuste de *Swap* gerou uma receita líquida de R\$7.416. A Controlada CTEEP possuía duas operações para captação de recursos externos liquidadas em 26 de abril de 2013 e em 21 de outubro de 2013.

30. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Despesas				
Amortização do ágio	-	(17.126)	-	(34.252)
Amortização de ativo de concessão na aquisição de controlada	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-
	-	(17.126)	-	(34.252)

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Receitas				
Amortização Perda IEMG	600	2.314	1.198	16.979
Crédito Extemporâneo de PIS e COFINS (nota 10)	21.398	-	21.398	-
	<u>21.998</u>	<u>2.314</u>	<u>22.596</u>	<u>16.979</u>
Despesas				
Amortização do ágio (Notas 11)	(7.471)	(24.601)	(14.943)	(49.336)
Amortização de ativo de concessão na aquisição de controlada (a)	(623)	-	(1.245)	-
Outras	(125)	-	(159)	-
	<u>(8.219)</u>	<u>(24.601)</u>	<u>(16.347)</u>	<u>(49.336)</u>
	<u>13.779</u>	<u>(22.287)</u>	<u>6.249</u>	<u>(32.357)</u>

(a) Referente à aquisição da controlada Evrecy.

31. Imposto de renda e contribuição social

(a) Correntes

A Companhia calcula mensalmente as parcelas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

Em virtude do Regime Tributário de Transição (RTT) a Controlada CTEEP e suas controladas IEMG, Pinheiros, Serra do Japi e Evrecy estão apresentando resultados para fins fiscais. Os impostos estão sendo calculados conforme o regime de lucro real, exceto para as controladas IEMG, Pinheiros, Serra do Japi e Evrecy que são calculadas conforme o regime de lucro presumido.

A despesa de imposto de renda e contribuição social do semestre pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

30 de junho 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Lucro(prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	34.808	(813)	64.702	6.167
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social esperada	(11.835)	276	(21.999)	(2.097)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes	-	-	-	-
Amortização do direito de concessão	-	(5.823)	-	(11.646)
Equivalência patrimonial	11.677	6.167	22.740	15.358
Outros	158	-	(741)	-
Crédito (Despesa) de imposto de renda e contribuição social efetiva	-	620	-	1.615
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	-	-	-	-
Diferido	-	-	-	-
	-	-	-	-
Alíquota efetiva	-	-	*	-

	Consolidado			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	116.535	29.385	219.227	96.002
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social esperada	(39.622)	(9.991)	(74.537)	(32.641)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes				
Juros sobre capital próprios	66	-	130	-
Realização de perda	(116)	(949)	(133)	(968)
Amortização ágio	-	(5.823)	-	(11.646)
Manutenção da integridade do patrimônio líquido	4.932	4.932	9.863	9.863
Equivalência patrimonial	7.089	8.070	12.244	15.128
Efeito adoção lucro presumido controladas (i)	1.538	1.198	7.231	1.791
Outros	152	1.624	(552)	1.886
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	(25.961)	(939)	(45.754)	(16.587)

Imposto de renda e contribuição social

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Corrente	(13.351)	(14.186)	(21.726)	(77.898)
Diferido	(12.610)	13.247	(24.028)	61.311
	(25.961)	(939)	(45.754)	(16.587)
Alíquota efetiva	22,3%	3,2%	20,9%	17,3%

(i) Controladas indiretas IEMG, Pinheiros, Serra do Japi e Evrecy.

A alíquota utilizada nas apurações de 2014 e 2013 é a alíquota de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

(b) Tributos diferidos

A Companhia registrou no ativo em 2011 a importância de R\$53.000 referente a crédito de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, com base nas suas projeções de lucratividade futuras que anteriormente não eram esperadas. Em virtude da compensação de prejuízo fiscal utilizado para a dedução da base de cálculo do lucro real, em 2013, a Companhia reconheceu como Imposto de renda e Contribuição social diferidos a importância de R\$7.047. Por conta deste evento, a administração da Companhia realizou a revisão dos valores e estima-se utilizar o saldo existente em 30 de junho de 2014 no montante de R\$32.507 até o ano de 2015, conforme quadro de previsão de realização:

Crédito fiscal utilizado anualmente	2014	2015	Total
Imposto de renda	5.614	18.318	23.932
Contribuição social sobre o lucro	2.021	6.554	8.575
	7.635	24.872	32.507

Adicionalmente, a Companhia possui em 30 de junho de 2014, saldo de R\$192.284 (31 de dezembro 2013 R\$192.284) de créditos de impostos sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, não reconhecidos contabilmente, visto que a recuperação desses créditos não se tornaram ainda provável em futuro previsível.

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
Provisão SEFAZ (nota 9)	-	-	175.527	175.527
Provisão para demandas judiciais	-	-	40.024	43.485
Contrato de concessão (ICPC 01)	-	-	(50.286)	(38.797)
Reversão de ativos (ICPC 01) (i)	-	-	11.768	16.063
Reversão de ativos (i)	-	-	(19.305)	(26.199)
IR diferido sobre prejuízo fiscal	23.932	23.932	23.932	23.932
CS diferido sobre base negativa	8.575	8.575	8.575	8.575
Demais diferenças temporárias	-	-	2.965	14.642
Líquido	32.507	32.507	193.200	217.228
Ativo não Circulante	32.507	32.507	225.155	251.775
Passivo não circulante	-	-	31.955	34.547

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (i) A Controlada CTEEP apurou ganho de capital, para fins fiscais, devido a reversão dos ativos imobilizados, prevista na Lei nº 12.783 e quinto aditivo ao contrato de concessão nº 059/2001 assinado em 04 de dezembro de 2012, no montante de R\$250.231 (que para fins societários corresponde a R\$97.497). Com base no Decreto-Lei nº 1.598/77 o ganho de capital poderá ser reconhecido para fins de apuração do lucro real na proporção da parcela do preço recebida, se o recebimento de parte ou todo for superior ao exercício social vigente. As parcelas recebidas até 30 de junho de 2014 totalizam, aproximadamente, 77,0% do valor total a receber das instalações do NI.

A Administração da Controlada CTEEP considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativo decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção das contingências e realização dos eventos que originaram as provisões para perdas.

(c) Avaliação dos impactos da Medida Provisória nº 627 convertida na Lei 12.973

A Medida Provisória (MP) nº 627 de 11 de novembro de 2013, convertida na Lei 12.973 de 13 de maio de 2014, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da referida MP entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

A Companhia está em processo de finalização dos estudos que suportam a decisão quanto a adoção antecipada da Lei nº 12.973/14, cujo prazo para opção antecipada está pendente de definição pela RFB. Com base nas análises realizadas até o presente momento não são estimados impactos relevantes.

32. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no período são como segue:

		30.06.2014		31.12.2013		30.06.2014		30.06.2013	
a) da Controladora - ISA									
CAPITAL									
Natureza da operação	Parte relacionada	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)		
Consolidado									
Benefícios de curto prazo*	Pessoal chave Administração	-	-	-	-	(873)	(3.548)		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	HSBC Finance (Brasil) S.A.	-	-	1	-	-	-		
Aplicação financeira (Nota 7)	Banco Múltiplo Banco Votorantim S.A.	19.494	-	15.992	-	1.282	-		
Empréstimos (nota 12 e 29)	Interconexión Electrica	52.429	-	55.764	-	910	441		
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a receber (nota 26.c)	Internexa Brasil	-	-	-	-	-	409		
	Controlada CTEEP	11.342	-	75.611	-	-	-		
		83.265	-	147.368	-	1.320	(2.698)		
b) da Controlada CTEEP									
Sublocação	Controlada CTEEP		(24)	-	(24)	(161)	178		
	IEMG	7	-	6	-	39	38		

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Pinheiros	13	-	13	-	83	77
	Serra do Japi	15	-	12	-	81	77
	Evrecy	11	-	5	-	47	10
	IENNE	9	-	8	-	55	54
	IESul	5	-	5	-	32	26
		<u>60</u>	<u>(24)</u>	<u>49</u>	<u>(24)</u>	<u>176</u>	<u>460</u>
Prestação de serviços	Controlada CTEEP	-	(12)	-	(12)	(70)	(70)
	Pinheiros	93	-	88	-	548	356
	Serra do Japi	24	-	23	-	143	135
	Evrecy	57	-	-	-	571	-
	IEMadeira	37	-	38	-	200	601
		<u>211</u>	<u>(12)</u>	<u>149</u>	<u>(12)</u>	<u>1.392</u>	<u>1.022</u>

*Referente aos honorários da administração.

Benefício de curto prazo

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

Sublocação

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia e pelas Controladas da CTEEP no edifício sede da Controlada CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção, entre outras.

Prestação de Serviços

Em 2008, foi assinado contrato de prestação de serviços com a Controlada CTEEP abrangendo, entre outros, os serviços de escrituração contábil e fiscal, apuração de impostos e processamento da folha de pagamento.

Mútuo

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a Controlada CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Pinheiros.

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a Controlada CTEEP presta serviços de Consultoria Técnica de Suporte à Gestão dos Serviços de Engenharia do Proprietário, a serem executados pela IEMadeira e/ou por empresas por ela contratadas.

Em 2012, entrou em vigência o contrato em que a Controlada CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Serra do Japi.

Em 2013, entrou em vigência o contrato em que a Controlada CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Evrecy.

Essas operações são realizadas em condições específicas, negociadas contratualmente entre as partes.

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

33. Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
Ativos financeiros				
Valor justo através do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	42.298	61.472	46.008	65.742
Aplicações financeiras	30.100	83.404	559.360	679.160
Empréstimos e recebíveis				
Contas a Receber				
Circulante	-	-	821.396	749.388
Não circulante	-	-	2.996.506	3.218.954
Valores a receber – Secretaria da Fazenda				
Não circulante	-	-	710.881	643.027
Crédito com controladas	-	-	51	-
Empréstimos a Receber				
Circulante	52.429	55.764	52.429	55.764
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	11.342	75.611	-	-
Cauções e depósitos vinculados				
Circulante	3.067	3.262	3.067	3.262
Não circulante	-	-	68.086	76.282
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	2.556	2.719	198.542	195.530
Não circulante	69.711	74.146	437.507	383.172
Debêntures				
Circulante	-	-	192.258	184.884
Não circulante	-	-	552.830	552.756
Fornecedores	168	434	38.593	50.790
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	-	-	22.056	128.481
Valores a pagar Lei 4.819/58				
Circulante	11.347	11.347	11.347	11.347
Não circulante	400.000	400.000	400.000	400.000

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Os instrumentos financeiros negociados em mercado ativo, são valorizados conforme Nível I e para os instrumentos financeiros não negociados em mercado ativo, são valorizados conforme Nível II, como requerido pelo CPC vigente.

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

30 de junho 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos e das debêntures tem suas taxas atreladas à variação da TJLP, do CDI e IPCA e se aproximam do valor de mercado.

• Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	2.556	2.719	198.542	195.530
Não Circulante	69.711	74.146	437.507	383.172
Debêntures				
Circulante	-	-	192.258	184.884
Não Circulante	-	-	552.830	552.756
Dívida total	72.267	76.865	1.381.137	1.316.342
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	72.398	144.876	605.368	744.902
Dívida líquida	(131)	(68.011)	775.769	571.440
Patrimônio líquido	1.835.755	1.877.075	4.889.540	4.840.364
Índice de endividamento líquido	-	(3,6%)	15,9%	11,8%

A Controlada CTEEP e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos com *covenants* apurados com base nos índices de endividamento (notas 17 e 18).

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Controlada CTEEP e suas controladas podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Controlada CTEEP e suas controladas mantêm contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 216 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Controlada CTEEP e suas controladas mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas Demais Instalações de Transmissão – DIT com 30 concessionárias e outros agentes, também com cláusula de garantia bancária. Tendo em vista que o setor de energia elétrica é altamente regulado com receita assegurada e garantias, o risco de inadimplência é minimizado.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Controlada CTEEP e de suas controladas são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA e IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão periódica.

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento da Controlada CTEEP está vinculada à variação da TJLP, IPCA e do CDI (notas 17 e 18).
- (iv) **Risco de taxa de câmbio** – A Controlada CTEEP e suas controladas não possuem financiamentos, contas a receber e outros ativos em moeda estrangeira. Demais exposições aos efeitos de oscilações cambiais são consideradas irrelevantes e correspondem a eventuais importações de equipamentos.

A ISA Capital possui empréstimos a receber e a pagar em moeda estrangeira e para tais exposições a Companhia não efetuou contratação de instrumentos financeiros para cobrir possíveis riscos cambiais. A exposição aos efeitos de oscilações cambiais não é considerada material pela Administração da Companhia.

- (v) **Risco de captação** – A Controlada CTEEP e suas controladas poderão no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida.
- (vi) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Controlada CTEEP e suas controladas são provenientes de:
- Suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL; e
 - Direito de valores a receber pela prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001 regulamentado pela Lei nº 12.783/2013, cuja determinação de parte do valor e forma de pagamento estão pendentes de definição pelo Poder Concedente (nota 1.2).

A Controlada CTEEP gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

(d) **Análise de sensibilidade**

Em conformidade com a instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Controlada CTEEP realiza a análise de sensibilidade aos riscos de taxa de juros e câmbio. A administração da Controlada CTEEP não considera relevante sua exposição aos demais riscos descritos anteriormente.

Para fins de definição de um cenário provável da análise de sensibilidade do risco taxa de juros e índice de preços utilizamos as mesmas premissas estabelecidas para o planejamento econômico financeiro de longo prazo da Controlada CTEEP. Essas premissas se baseiam, dentre outros aspectos, na conjuntura macroeconômica do país e opiniões de especialistas de mercado.

Dessa forma, para avaliar os efeitos da variação no fluxo de caixa da Controlada CTEEP, a análise de sensibilidade, abaixo demonstrada, considera como cenário provável a cotação da taxa de juros em setembro de 2014, que são informadas nos quadros de Risco de juros. Sobre essas taxas foram aplicadas as variações positivas e negativas 25% e 50%.

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Operação	Risco	Cenário Provável	Risco de Elevação dos Indexadores		Risco de Queda dos Indexadores	
			Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	96,5% a 103,0% CDI	14.754	18.266	21.713	10.953	7.374
Passivos financeiros						
Debêntures 1º série	CDI+1,30%	4.876	5.912	6.930	3.820	2.744
Debêntures 2º série	IPCA+8,10%	2.017	2.238	2.457	1.793	1.566
Debêntures Série única	116,0% CDI a.a	26.784	30.673	34.483	22.810	18.748
FINEM BNDES (i), (ii) e (iii)	TJLP+1,80% a 2,30%	4.270	4.215	4.833	2.962	2.328
BNDES (Controladas)	TJLP + 1,55% a 2,62% aa	3.579	4.114	4.645	3.038	2.493
Efeito líquido da variação		(26.772)	(28.886)	(31.635)	(23.470)	(20.505)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros						
100% CDI (setembro de 2014)		11,07%	13,84%	16,61%	8,30%	5,54%

34. Compromissos assumidos - Arrendamentos mercantis operacionais

Os principais compromissos assumidos pela Controlada CTEEP e suas controladas estão relacionados às operações de arrendamento mercantil operacional de veículos e equipamentos de informática, cujos pagamentos mínimos futuros, no total e para cada um dos períodos, é apresentado a seguir:

	Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013
Até um ano	7.056	7.346
Mais de um ano até cinco anos	16.326	12.871
	23.382	20.217

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

35. Seguros

A especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Consolidado			
Modalidade	Vigência	Importância Segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	01/03/14 a 01/03/15	2.662.316	3.510
Responsabilidade Civil Geral (b)	01/09/13 a 01/09/14	20.000	162
Transportes Nacionais (c)	30/09/13 a 30/09/14	90.987	8
Acidentes Pessoais Coletivos (d)	01/05/14 a 01/05/15	50.643	2
Automóveis (e)	02/03/14 a 02/03/15	Valor de mercado	22
Garantia Judicial (f)	29/11/13 a 11/06/17	17.698	301
			4.005

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme o contrato de Concessão nº 059/2001, Cláusula Quarta, Oitava Subcláusula, Inciso II, Item D, onde a transmissora deverá manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à Transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Controlada CTEEP.
- (c) **Transportes Nacionais** - Cobertura a danos causados aos bens e equipamentos da Controlada CTEEP, transportados no território nacional.
- (d) **Acidentes Pessoais Coletivos** - Cobertura contra acidentes pessoais a executivos e aprendizes.
- (e) **Automóveis** - Cobertura contra colisão, incêndio, roubo e terceiros.
- (f) **Garantia Judicial** – substituição de cauções e/ou depósitos judiciais efetuados junto ao Poder Judiciário.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão. Consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

36. Plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, a qual dispunha sobre a criação do Fundo de Assistência Social do Estado, aplica-se aos empregados servidores de autarquias, sociedades anônimas em que o Estado fosse detentor da maioria das ações com direito de controle e dos serviços industriais de propriedade e

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

administração estadual, admitidos até 13 de maio de 1974, e previa benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a SEFAZ-SP e a Controlada CTEEP, em 10 de dezembro de 1999, com vigência até 31 de dezembro de 2003.

Tal procedimento foi realizado regularmente até dezembro de 2003 pela Fundação CESP, mediante recursos da SEFAZ-SP, repassados por meio da CESP e posteriormente da Controlada CTEEP. A partir de janeiro de 2004, a SEFAZ-SP passou a processar diretamente aqueles pagamentos, sem a interveniência da Controlada CTEEP e da Fundação CESP, em montantes inferiores àqueles historicamente pagos até dezembro de 2003.

(a) Ação da 2ª Vara da Fazenda Pública

Este fato gerou a propositura de demandas judiciais por parte dos aposentados, destacando-se a Ação Civil Pública, com decisão judicial da 2ª Vara da Fazenda Pública, proferida em junho de 2005, julgando improcedente o pedido de complementação de aposentadoria e responsabilizando a SEFAZ-SP pela complementação de aposentadorias. No referido processo, em outubro de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou competente a justiça comum para questões relacionadas à previdência privada, mantendo-se a tramitação desta ação.

(b) Ação da 49ª Vara do Trabalho

Em contraposição à decisão anteriormente proferida, decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo comunicada à Controlada CTEEP, em 11 de julho de 2005 deferiu a concessão de tutela antecipada para que a Fundação CESP voltasse a processar os pagamentos de benefícios decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, segundo o respectivo regulamento, da forma realizada até dezembro de 2003, mediante recursos repassados pela Controlada CTEEP.

Para o cumprimento das decisões judiciais, a Controlada CTEEP solicita mensalmente os recursos necessários à SEFAZ-SP, para efetivar o repasse à Fundação CESP, que deve processar os respectivos pagamentos aos beneficiários. Referida ação condenou a SEFAZ-SP, a CESP a Fundação CESP e a Controlada CTEEP.

Em decorrência da existência de processos em Varas de competências distintas, pende definição de qual decisão prevalecerá, o que poderá tornar nula a decisão da Justiça Trabalhista.

(c) Conflito de competência

Em 20 de fevereiro de 2013, o STF, em julgamento de recurso relativo a discussões jurídicas de outras partes e não relacionadas a esta ação, sedimentou jurisprudência pela competência da Justiça Comum para decidir casos que versem sobre previdência complementar. O posicionamento do plenário do STF foi no sentido de que “a competência para o processamento de ações ajuizadas contra entidades privadas de previdência complementar é da Justiça comum, dada a autonomia do Direito Previdenciário em relação ao Direito do Trabalho”.

A decisão do STF, no caso, mencionada no parágrafo anterior, confirmou a competência da Justiça Comum para o processamento de ações ajuizadas contra entidades privadas de previdência complementar. Esse posicionamento servirá como precedente para o julgamento do conflito de competência que envolve o caso específico da Controlada CTEEP em relação à Lei 4.819/58, o qual já se encontra concluso ao Ministro do STF desde 09 de abril de 2013. Em novembro de 2013, o STF julgou o conflito de competência negando-o, esta decisão pende de recurso.

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

30 de junho 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(d) Ação de cobrança

A SEFAZ-SP vem repassando à Controlada CTEEP, desde setembro de 2005, valor inferior ao necessário para o fiel cumprimento da citada decisão da 49ª Vara do Trabalho.

Por força dessa decisão, a Controlada CTEEP repassou à Fundação CESP no período de janeiro de 2005 a junho de 2014, o valor de R\$2.855.086 para pagamento de benefícios da Lei Estadual 4.819/58, tendo recebido da SEFAZ-SP o valor de R\$1.799.184 para aquela finalidade. A diferença entre os valores repassados à Fundação CESP e ressarcidos pela SEFAZ-SP, no montante de R\$999.252 (nota 9 (a)), tem sido requerida pela Controlada CTEEP para ressarcimento por parte da SEFAZ-SP. Adicionalmente, há valores relacionados a ações trabalhistas quitados pela Companhia e de responsabilidade do Governo do Estado, no montante de R\$227.884 (nota 9 (b)), perfazendo um total de R\$1.227.136.

Em dezembro de 2010, a Controlada CTEEP ingressou com ação de cobrança contra a SEFAZ-SP, visando reaver os valores até então não recebidos decorrentes desse assunto. Em 13 de maio de 2013, foi proferida sentença extinguindo a ação de cobrança, sem julgamento de mérito, para a qual foi apresentado embargos de declaração, os quais, em 27 de agosto de 2013, foram conhecidos para reparar omissão contida na referida decisão. O recurso de apelação para que o processo retorne à Vara de origem para julgamento do mérito foi protocolado em setembro de 2013 e encontra-se pendente de julgamento. Tal intercorrência processual posterga o prazo de realização do ativo pretendido na referida ação.

(e) Ação da Associação dos Aposentados

No segundo semestre de 2012, a Associação dos Aposentados da Fundação CESP propôs ação judicial de nº 0022576-08.2012.8.26.0053, contra a SEFAZ-SP, requerendo sua condenação ao ressarcimento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, para que referido plano possa fazer frente aos pagamentos das aposentadorias e pensões.

(f) Mandado de Segurança – Sindicato de Campinas

Em 19 de abril de 2013, por meio de Ofício da SEFAZ-SP, esta reconheceu a efetivação de repasses à Controlada CTEEP de valores anteriormente glosados, relacionados a determinadas rubricas que compõem parcialmente o valor não repassado e necessário ao fiel cumprimento da citada decisão da 49ª Vara do Trabalho. O reconhecimento da SEFAZ-SP se deu por força do trânsito em julgado de decisão, no mesmo sentido, proferida nos autos de Mandado de Segurança Coletivo, ajuizado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Energia Elétrica de Campinas, que determinou que a SEFAZ-SP mantivesse os pagamentos das complementações de aposentadoria e pensão dos aposentados, sem supressão de tais verbas.

Por conta desta decisão, os pagamentos aos aposentados que pertencem ao sindicato mencionado acima, a partir de 19 de abril de 2013, têm sido assumidos pela SEFAZ-SP. A Administração da Controlada CTEEP, amparada por posição favorável de seus consultores jurídicos, entende que essa decisão fornece precedente importante para que verbas de mesma natureza, tanto para o grupo de aposentados daquele sindicato, bem como para outros aposentados, sejam reconhecidas de responsabilidade da SEFAZ-SP. Medidas serão analisadas pela Controlada CTEEP, por meio de seus consultores jurídicos, para que a SEFAZ-SP reconheça a responsabilidade por verbas de mesma natureza para toda a população de aposentados.

Posicionamento da Controlada CTEEP

A Controlada CTEEP continua empenhada em tornar nula a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

SEFAZ-SP. A Controlada CTEEP reitera também o entendimento da sua área jurídica e de seus consultores jurídicos externos de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da SEFAZ-SP e prossegue na adoção de medidas adicionais para resguardar os interesses da Controlada CTEEP.

Tendo em vista os fatos novos ocorridos durante 2013, sobretudo relacionados ao andamento jurídico do processo relacionado à cobrança dos valores devidos pela SEFAZ-SP, acima descrito, e considerando o andamento jurídico dos demais processos e ações acima mencionados, a Administração da Controlada CTEEP revisou seu posicionamento, reconhecendo, em 2013, provisão para perdas sobre a realização de créditos de parte dos valores a receber, para a qual há expectativa de aumento no prazo de realização e ainda não contemplada como sendo de responsabilidade exclusiva da SEFAZ-SP.

A Administração segue monitorando os novos fatos relacionados à parte jurídica e comercial do assunto, bem como qualquer impacto sobre as informações financeiras da Controlada CTEEP.

37. Eventos subsequentes

Controladora

(a) Recebimento de Dividendos na Controlada CTEEP

Em 31 de julho de 2014, a Companhia recebeu o montante de R\$ 11.342 à título de dividendos da Controlada CTEEP. Este montante foi calculado com base na quantidade de 57.714.208 ações ao valor de 0,196514 por ação, aprovados pelo Conselho de Administração no dia 26 de fevereiro de 2014.

(b) Pagamento Juros sobre bônus

Em 29 de julho de 2014, a Companhia efetuou o pagamento no montante de R\$3.106 dos juros calculados sobre os bônus referente ao primeiro semestre de 2014.

(c) Aprovação de Juros sobre Capital Próprio na Controlada CTEEP

Em 11 de agosto de 2014, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Controlada CTEEP crédito aos acionistas na forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$30.000, correspondentes a R\$0,196514 por ação. Dessa forma, caberá a Companhia o montante de R\$11.342 cujo recebimento ocorrerá em 29 de agosto de 2014.

Consolidado

(a) Aumento de capital social

Em 16 de julho de 2014 o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Controlada CTEEP, com base no capital autorizado estabelecido no Estatuto Social, mediante a subscrição privada de ações. O aumento de capital será de, no mínimo R\$ 87.551 e, no máximo, R\$ 231.584, sendo que o valor mínimo corresponde à parcela do aumento que caberá ao acionista controlador da Companhia.

(b) Investimentos

Em 14 de julho de 2014 a Controlada CTEEP integralizou capital da Controlada Pinheiros e da Controlada em conjunto IEMadeira no valor de R\$250 e R\$5.100, respectivamente.

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação
30 de junho 2014
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em 18 de julho de 2014 a Controlada CTEEP integralizou capital da Controlada em conjunto IEGaranhuns no valor de R\$3.060.

(c) Comunicado Fato Relevante na Controlada CTEEP

Em 12 de agosto de 2014, a Controlada CTEEP divulgou ao Mercado Fato Relevante cujo inteiro teor reproduzimos a seguir:

“A CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“Companhia”), em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358 e no Parágrafo 4º, do Artigo 157, da Lei nº 6.404/76, e respectivas alterações, vem a público informar que, em 11 de agosto de 2014, foi apresentado ao Conselho de Administração da Companhia o laudo de avaliação dos ativos não amortizados e/ou depreciados da Companhia, existentes em 31 de maio de 2000 (“Laudo de Avaliação”), para o fim de recebimento da indenização prevista no Artigo 15, Parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/13 (Lei de Conversão da MP 579) (“Indenização”).

O Laudo de Avaliação foi elaborado pela Delos Consultoria Ltda., em cumprimento ao disposto na Resolução Normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) nº 589, de 10 de dezembro de 2013, que especifica a aplicação da metodologia constante dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, Submódulo 9.1.

O valor base da indenização apurado no Laudo de Avaliação é de R\$ 5.186,0 milhões (base 31 de dezembro de 2012). O Laudo será protocolado junto a ANEEL nos próximos dias.

A Controlada CTEEP esclarece que o valor da Indenização auferido com base no Laudo de Avaliação está sujeito a validação e análise técnica pelo órgão regulador competente em até 150 dias da data do protocolo, para subseqüente homologação pela Diretoria da ANEEL, que poderá propor ajuste no valor da indenização. Uma vez determinado o valor da Indenização pela ANEEL, o efetivo pagamento desta, incluindo a correção do valor entre a data base e a data da homologação, bem como a forma e o prazo de recebimento, ainda dependerão de definição do Ministério de Minas e Energia e Ministério da Fazenda.

Os efeitos econômico-financeiros para a Controlada CTEEP e o reconhecimento dos respectivos impactos contábeis da Indenização em suas Demonstrações Financeiras dependerão das definições indicadas acima.

A Controlada CTEEP manterá o mercado informado de eventuais desdobramentos deste tema.”
